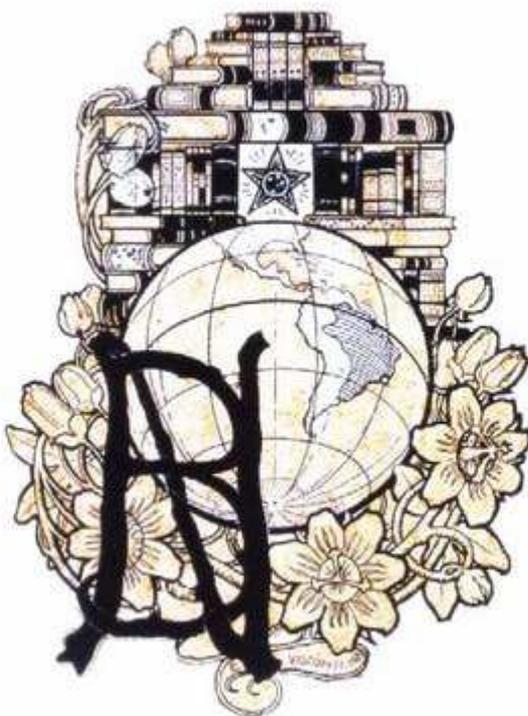


Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa
2009

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC

Karine da Rocha Oliveira



Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família.

2009

SUMÁRIO

Introdução

1. Jornais Femininos: breve história
 - 1.1 Movimento feminista: o florescer de um novo ideal
 - 1.2 Feminismo e a mulher brasileira
 - 1.3 Imprensa feminina e movimento feminista

2. A Família: um jornal dedicado à emancipação feminina
 - 2.1 A causa feminista nas páginas de A Família
 - 2.2 Páginas em prol da educação e do trabalho feminino
 - 2.3 Pelo direito de votarmos e sermos eleitas

3. Parnaso Feminino
 - 3.1 Júlia Lopes de Almeida
 - 3.2 Maria Benedita Bormann

4. Josephina Álvares de Azevedo: escritora?

Conclusão

Anexos

Bibliografia

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos percorremos alguns anos resgatando escritoras dotadas de certa transgressão social, mas sempre com os olhos voltados para a América hispânica. Um dia lendo sobre o feminismo no Brasil, um nome nos chamou a atenção, Josephina Álvares de Azevedo. Algum tempo se passou até que a oportunidade de trabalhar com aquele nome, através do Programa de Apoio Nacional à Pesquisa, promovido pela Fundação Biblioteca Nacional. Sabíamos que Josephina Álvares de Azevedo havia fundado e dirigido durante muitos anos um jornal de cunho feminista, pouco estudado até os dias atuais, *A Família*. Resolvemos, então, nos voltar um pouco para o Brasil e resgatar este jornal, tão importante para a história da mulher brasileira. Em nossas leituras iniciais constatamos que estávamos diante de um jornal que retratou de maneira consistente o outro lado da história brasileira, o lado referente às mulheres que não se contentavam com sua posição na sociedade.

Antes de apresentarmos o jornal *A Família*, achamos coerente dissertar um pouco sobre a historiografia do jornalismo feminino no Brasil e no mundo, assim como as origens do movimento feminista. O nosso objetivo com tal explanação seria contextualizar o jornal aqui trabalhado, mostrando os caminhos que proporcionaram, um dia, a existência do mesmo. Na parte inicial do primeiro capítulo fomos até a Inglaterra do século XVII, onde encontramos o primeiro jornal feminino da história, *Lady's Mercury*. Daí fomos até os outros países europeus vendo como este tipo de jornalismo evoluiu até chegar aos EUA e ao Brasil. Neste momento nos detemos mais aprofundadamente no Brasil, país de interesse desta pesquisa. Constatamos o atraso da nação, que teve seu primeiro jornal efetivamente dirigido por mulher na segunda metade do século XIX, *O Jornal das Senhoras*, fundado por Juana Manso. Seguindo o exemplo da Argentina, várias brasileiras começaram a fundar jornais dedicados à mulher e também à causa feminista. Estes jornais eram de curta duração e muitos corrompiam seus ideais feministas para não verem as portas da redação fechadas.

No segundo capítulo começamos a apresentar mais detalhadamente o jornal *A Família*, fundado por Josephina Álvares de Azevedo no ano de 1888,

na cidade de São Paulo. O jornal aí permaneceu durante um ano, quando sua diretora decide se mudar para a cidade do Rio de Janeiro. É na Corte que o jornal permanecerá até o seu fim, no ano de 1898. Foi em terras cariocas que a pernambucana Josephina Álvares de Azevedo sustentou o jornal feminino com maior longevidade da história do país e o único, até a presente data, que não abriu mão de sua luta, cedendo espaço para assuntos que não diziam respeito à emancipação feminina. Abordamos os temas mais freqüentes no jornal: educação, trabalho e voto feminino. Para a apresentação de tais temas nos embasamentos em historiadores como Mary del Priore, June Hahner e Regina Célia Pinto, por estas terem trabalhado no resgate do passado das mulheres brasileiras.

O terceiro capítulo foi dedicado à parte literária do jornal, que abriu espaço para escritoras do país inteiro. Lemos cuidadosamente os poemas selecionados pelas mulheres de *A Família* e constatamos a precariedade da maioria. Levamos em conta as condições culturais da época, que davam à mulher um acesso precário e limitado ao ensino. Não atribuímos para a maioria um mérito estético, mas um valor histórico por terem aberto caminho para a mulher brasileira dentro da literatura. Selecionamos duas escritoras que se destacaram, Júlia Lopes e Maria Benedita Bormann. A primeira já é conhecida por muitos dentro da academia, mas a segunda ainda é pouco estudada. As duas autoras conseguiram produzir uma obra literariamente rica e com domínio da narrativa, chegando a ganhar a admiração dos seus contemporâneos. De cada uma, apresentamos um conto de caráter inédito. No referido capítulo nos apoiamos em estudiosos do pós-estruturalismo para justificarmos o resgate de tais escritoras.

Por fim reservamos um capítulo para os poemas e a prosa de Josephina Álvares de Azevedo que encontramos em *A Família*. Todos permaneceram, durante todo este tempo, guardados nas páginas dos jornais. Infelizmente, o valor estético dos escassos poemas de Josephina é muito fraco. Mesmo assim, resolvemos estudá-los de maneira breve, pois a precariedade dos versos não nos permitiu um estudo mais aprofundado.

JORNAIS FEMININOS: BREVE HISTÓRIA

Na Inglaterra do século XVII, algumas mulheres começam a publicar jornais femininos com a ajuda dos pais e/ou irmãos. Patrocinadas por parentes do sexo masculino, como forma de distração, estas mulheres passam a escrever sobre moda, sentimentos, beleza e cuidados com o lar. O primeiro jornal feminino do qual temos notícias é o *Lady's Mercury*, criado em 1693, na Inglaterra, funcionando como uma espécie de consultório sentimental, onde as senhoras da nobreza escreviam suas experiências amorosas no intuito de pedir conselhos. Por esta época várias mulheres pertencentes à nobreza local já tinham acesso a educação, mesmo que de forma precária, e algumas ensaiavam escrever poesias para divertir os convidados nas festas de salões. Gradativamente, a ideia de criar jornais femininos se espalha pelo mundo e cada país contribui para a ampliação dos mesmos. As alemãs inserem o horóscopo, as italianas publicam modelos de tricô e escrevem colunas com teor católico, dando a figura materna um papel de destaque dentro da sociedade.

Da França surge o modelo de jornal feminino que mais crescerá ao longo do século XIX, o jornal literário. Em 1759, o público entra em contato com o *Journal des Dames*, que reunia contos, poesias, críticas de livros e peças teatrais escritas tanto por mulheres quanto por homens. De acordo com Dulcília Schroeder Buitoni em *Imprensa Feminina*, um ano após o início deste jornal, alterações foram feitas como a introdução do tema moda, contando com o recurso de gravuras. Muito provavelmente a inserção de tal temática dentro do jornal foi uma estratégia para garantir a sobrevivência do mesmo, que permaneceu sendo publicado até o ano de 1778. A França foi o país responsável pela difusão dos periódicos femininos nas Américas, incluindo o Brasil, que adotou o modelo francês de imprensa como o ideal a ser seguido por nossas mulheres.

O início da publicação de periódicos dedicados às senhoras começou em território americano muito tarde, nas primeiras décadas do século XIX, sendo o *Ladies' Magazine*, de Sarah Josepha Hale, o primeiro a ser produzido nos EUA, com primeiro número saindo em 1828. No Brasil, o processo foi bem

mais lento. Embora Dulcília Schroeder Buitoni afirme que o primeiro jornal feminino brasileiro tenha sido publicado em 1827 sob o nome de *O Espelho Diamantino*, só vamos encontrar um jornal realmente editado e dirigido por mulheres no ano de 1852. Antes desta data o que temos são apenas jornais dedicados ao público feminino, mas sob os cuidados masculinos, que muitas vezes assinavam seus escritos com pseudônimos de mulheres.

Os dois principais centros da produção periodística feminina no Brasil se concentraram em Recife e Rio de Janeiro, desta cidade saiu o primeiro jornal dirigido por uma mulher, *O Jornal das Senhoras*. Fundado pela feminista argentina Juana Manso¹, *O Jornal das Senhoras* tinha como objetivo tratar de temas como belas-artes, literatura, moda, além de tentar despertar a consciência feminina para que estas reivindicassem melhores condições educacionais e acesso ao mercado de trabalho. A partir daí vários jornais dirigidos por mulheres passam a circular pelo Rio de Janeiro, tais como *O Bello Sexo*, *O Espelho*, *Jornal das Moças*, *Jornal das Famílias*. Em Recife, outro foco deste tipo de publicação, abundam jornais com nomes de flores, tais como *O Myosote*, *A Rosa*, *O Lyrio*. Analisando os textos produzidos por estas mulheres, percebe-se que existe um predomínio estilístico e temático herdado dos primeiros jornais publicados na Europa, com exceção do *Jornal das Senhoras*. Esta herança perdurou no Brasil e demais países americanos até as primeiras décadas do século XX, como é o caso das argentinas que ainda durante a modernidade desfrutavam de jornais cujo corpus:

(...)que se les ofrecía a las mujeres estaba delineado a partir de cierto tipo de lectura donde existían restricciones en cuanto a temas vocabulario o géneros, textos que enfatizaban las buenas costumbres, enseñaban a cazar un buen marido, daban consejos de belleza y domésticos, y, por supuesto, ofrecían historias de amor rosa. (PLEITZ: 2003, p. 32).

O mesmo fato é narrado por Elizabeth Siqueira ao analisar o teor da linguagem dos jornais femininos pernambucanos. De acordo com a

¹ Considerada a primeira feminista argentina, Juana Paula Manso viveu no Brasil entre 1842 e 1854. Enquanto residia no Brasil escreveu peças teatrais e fundou uma escola para moças no Rio de Janeiro. Retorna a Argentina no ano de 1854, fundando em Buenos Aires o *Álbuns de Señoritas* e trabalhando em prol da instrução feminina, junto ao presidente Domingos Sarmiento, que defendia uma educação igualitária entre os sexos.

pesquisadora, grande parte da imprensa, tida como perfumada, necessitava da “convivência masculina, sempre solicitando aos leitores que os jornais fossem acolhidos, aceitos e protegidos pelos detentores do poder”. (SIQUEIRA, 1995: p. 37). E a maneira encontrada por estas mulheres para terem seus jornais aceitos seria oferecer ao público um corpus similar ao acima descrito por Tânia Pleitz.

Mas a limitação temática de muitos desses jornais também era reflexo da mentalidade feminina, que ainda tinha como predomínio o machismo da época. Muitas leitoras não estavam interessadas em nada que fosse além de uma temática amena e divertida. Grande parte da população feminina realmente acreditava que o destino das mulheres estava estritamente ligado aos sentimentos e que a racionalidade era um atributo masculino. Discussões acerca de política, filosofia e história eram enfadonhas e aquém do universo feminino. Para as mulheres a leitura ideal partiria de jornais que as educassem para a vida conjugal, dessem dicas de culinária, moda, versos de autores canonizados, de estilo literário clássico e de um teor “cor-de-rosa”, para alimentar o sonho do casamento como ideal de vida.

Apesar de todas as restrições, estes jornais serviram de treinamento literário para mulheres que começavam a ter acesso à cultura. Para obter certo sucesso e um tempo de vida mais longo, fazia-se necessário não expor idéias agressivas sobre a posição das mulheres dentro da sociedade. Quem praticava o exercício da escrita deveria tecer versos inocentes, quando um desejo era exteriorizado deveria ser feito de um modo discreto, camuflado por diversas metáforas que já haviam caído em lugar-comum. Delfina Muschietti (1989) ao fazer um levantamento dos jornais e revistas femininos da segunda metade do século XIX até o início do século XX, na Argentina, afirma que o tema principal dos poemas e artigos eram inspirados no ideal feminino cristão. Enquanto donzela, os escritos refletiam um comportamento espiritualizado, suave e uma mente povoada por sonhos amorosos. Sendo promovida ao patamar de mulher casada, a inspiração deveria surgir do lar, da caridade, dos filhos e do marido, revelando abnegação. Rainhas do lar ou candidatas ao posto, estas mulheres revelavam em seus versos devotamento ao sexo masculino. Os contos e poemas nestes jornais de leitura amena estavam sempre voltados para a manutenção da paz no lar, os corpos deveriam ser trabalhados para produzir

filhos, despertando inocentemente a paixão do sexo oposto, mas negando-se as possibilidades de prazer. Destas escritoras não poderíamos exigir muito, muito menos de seu público feminino leitor. A educação recebida por elas ainda estava em processo de lapidação, o acesso à leitura era vigiado. Estes empecilhos educacionais retardaram, de certo, o alargamento de uma visão de mundo.

Mas enquanto estes jornais começam a se espalhar pelo mundo, ocorre paralelamente o surgimento de um movimento entre mulheres que irá refletir diretamente na história da imprensa feminina. Batizado de feminismo, este movimento irá começar a dar um novo formato ao papel da mulher, promovendo alterações em diversos campos da sociedade. Aqui faremos uma pausa na historiografia da imprensa feminina para abordar o surgimento do feminismo e quais os pressupostos iniciais deste movimento.

1.1 Movimento feminista: o florescer de um novo ideal

Muitos estudiosos admitem que as raízes do pensamento feminista encontram-se interligadas com o Iluminismo, graças às idéias de Rousseau. Amélia Valcarcel (2005) afirma que ao proclamar seus ideais democráticos, Rousseau consegue despertar uma sensação incômoda entre algumas mulheres. O ideal democrático do século XVIII defendia a idéia de que a igualdade de direitos era apenas um bem concedido aos homens, já que as mulheres não eram tidas como cidadãs. Tal pensamento era apoiado na história dos sentimentos que ligavam os gêneros. Rousseau afirma que a divisão de papéis sociais surgiu quando os dois sexos começaram a manter vínculos afetivos. Com o surgimento da família e a dissolução da comunidade primitiva, a mulher ficou incumbida de cuidar dos filhos e manter a harmonia do lar, enquanto o homem saía em busca de alimentos. Assim, muito naturalmente, desde os primórdios, afirmava, ao homem cabia o espaço público enquanto à mulher cabia o espaço privado. O ideal democrático de Rousseau limitou o acesso feminino à educação, por afirmar que os livros e a racionalidade haviam sido criados para a degustação masculina e reforçou a

idéia da mulher como propriedade do pai quando solteira e do marido quando casada.

Contra este pensamento, poucas mulheres se rebelaram, como foi o caso de Mary Wollstonecraft, que em 1792 publica *A vindication of the right of woman*, obra considerada como gérmen do pensamento feminista. Apoiada na Ilustração, reivindica igualdade de direito entre os gêneros, almejando a recuperação da dignidade das mulheres. A existência de uma desigualdade entre os sexos não vem de um fator natural, como afirma Rousseau, mas sim de uma manipulação social masculina:

A profound conviction that the neglected education of my fellow-creature is the grand source of the misery I deplore, and that women, in particular, are rendered weak and wretched by a variety of concurring causes, originating from one hasty conclusion. The conduct and manners of women, in fact, evidently prove that their minds are not in healthy state; for, like the flowers which are planted in too rich a soil, strength and usefulness are sacrificed to beauty; and the flouting leaves, after having pleased a fastidious eye, fade, disregarded on the stalk, long before the season when they ought to arrived at maturity. One cause of this barren blooming I attribute to a false system of education, gathered from the books written on this subject by men who, considering females rather as women than human creatures, have been more anxious to make them alluring mistresses than affectionate wives and rational mothers; and the understanding of the sex has been so bubble by this specious homage, that the civilized women of the present century, with a few exceptions, are only anxious to inspire love, when they ought to cherish a nobler ambition, and by their abilities and virtues exact respect. (WOLLSTONECRAFT, 2004: 1, 2)

A solução para tal problema, afirma Wollstonecraft, mais adiante, encontra-se no fim do bloqueio que impede a formação intelectual feminina. Com uma educação igual à masculina, as mulheres teriam condições de abraçar uma profissão e serem economicamente independentes. Ampliando seus horizontes, não sonhariam apenas com a existência de um casamento perfeito, onde pudessem encontrar a proteção do marido para qualquer eventualidade em suas vidas. O pensamento de Wollstonecraft não encontrou grande ressonância entre seus contemporâneos, poucos membros da sociedade tinham condições de aceitar seu posicionamento.

No mesmo rastro de Wollstonecraft encontramos na França, Olympe de Gouges, que em 1791 publica a *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* e apresenta à Assembléia Nacional da França. Em seu documento afirma que qualquer Constituição que exclua grande parte dos membros da sociedade não pode ser considerada. Desta forma, exige a inclusão feminina na vida pública, dando-lhe direito, inclusive de ser eleita para qualquer cargo governamental, educação igualitária, direito ao divórcio e partilha de bens entre o casal, reconhecimento legal de filhos bastardos e leis iguais para reger os crimes cometidos tanto por homens quanto por mulheres. Olympe de Gouges conseguiu aprovação da Assembléia Nacional.

Embora no século XVIII, algumas mulheres já houvessem erguido a voz em favor dos seus direitos, o nome feminismo só foi criando na década de 1840, na França, chegando aos Estados Unidos e Grã-Bretanha. Nesta mesma década várias mulheres se organizam para reivindicar modificações na legislação que garantisse às mulheres liberdade para governar suas vidas. Nos Estados Unidos o surgimento do feminismo está atrelado ao Movimento Abolicionista, tendo como principais representantes Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony. Impedidas de participar da Convenção Mundial Anti-escravatura, apresentam o manifesto *Declaration of Sentiments* no *Seneca Falls Convention* em 1848, na cidade de Nova Iorque. No manifesto encontramos o retrato da degradação feminina pela sociedade patriarcal que usurpou das mulheres o direito à educação, à liberdade financeira e o acesso à esfera pública. Anos mais tarde, Elizabeth C. Stanton, Susan B. Anthony e Lucy Stone criam a *Women's Suffrage Association* com foco no direito para as mulheres entrarem no campo político.

A sociedade moderna via nascer, desta forma, o que entraria para a história como a primeira onda feminista. As integrantes deste movimento tinham como objetivo criar progressivamente novas formas de identidade feminina. Suas principais reivindicações tinham como base os direitos materiais da mulher. Afirmavam que o patriarcalismo havia transformado a mulher em objeto de uso masculino e que a identidade feminina construída pelo sistema em vigor era um erro social, mostrando que ambos nutriam necessidades iguais:

Women are supposed to be very calm generally, but women feel just as men feel; they need exercise for their faculties and a field for their efforts as much as their brothers do; they suffer from too rigid a restraint, too absolute a stagnation, precisely as men would suffer; and it is narrow-minded, in their more privileged fellow-creatures to say that they ought to confine themselves to making puddings and knitting stockings, to playing on the piano and embroidering bags. It is thoughtless to condemn them, or laugh at them, if they seek to do more or learn more than custom has pronounced necessary for their sex. (WOOLF, 2004: 80)

Nos Estados Unidos e na Inglaterra o feminismo adotou um posicionamento social focalizado no sufrágio e na vida econômica das mulheres. Muitas destas feministas reclamavam do preconceito sofrido dentro do mercado de trabalho, onde exerciam os mesmos cargos que os homens e tinham salários mais baixos. A maioria das feministas da primeira onda exigia igualdade de tratamento tanto no espaço público quanto no espaço privado. Acreditavam que a mudança social deveria começar a ser operada dentro do lar, onde as mães podariam em seus filhos os preconceitos de gênero e em suas filhas a antiga identidade feminina. O objetivo era fazer nascer o que Olive Schreiner (1911) chamou de Nova Mulher. A “Nova Mulher” recusou a passividade que a sociedade havia imposto ao sexo feminino e lutou pela construção de igualdade entre os gêneros dentro da sociedade. Quebrou com os mitos culturais que rodeavam a aura feminina e libertou a natureza humana que havia sido aprisionada dentro da alma das mulheres. Em seu livro *Woman and Labour*, considerado por suas contemporâneas como a bíblia do feminismo, Olive Schreiner denuncia o parasitismo das mulheres que enxergam o casamento como único objetivo de vida e fonte de renda. Para a autora, isto seria uma forma de transformar o casamento em uma espécie de prostituição legalizada. Seguindo os passos da nova identidade feminina a relação matrimonial passaria por profundas mudanças, deixando de existir o binômio opressor-oprimido e o homem não mais revelaria seu caráter indulgente ao satisfazer todas as necessidades materiais de sua esposa. Com a nova mulher surgiria o novo homem e uma relação baseada no companheirismo, na qual os dois dividiriam os trabalhos domésticos e as contas:

Not merely is the Woman's Movement of our age not a sporadic and abnormal growth, like a cancer bearing no organic relation to the development of the rest of the social organism, but it is essentially but one important phase of a general modification which the whole of modern life is undergoing. Further, careful study of the movement will show that, not only is it not a movement on the part of woman leading to severance and separation between the woman and the man, but that it is essentially a movement of the woman towards the man, of the sexes towards closer union. (Schreiner, 1911: 100)

Esta era uma das preocupações das feministas da primeira onda, mostrar que o movimento não se tratava de um ideal de reversão, no qual os homens passariam a ser subalternos, mas sim um veículo que levaria às mulheres a fazer seu trajeto ao lado do homem. Virgínia Woolf (2004) acreditava nesta transformação na maneira como os gêneros eram definidos pela sociedade. Junto com outras feministas, Woolf lutou a favor do divórcio, acesso igualitário à educação, direito da mulher de votar e ser eleita, a criação de um jornal e uma faculdade feminina. Acreditava que o feminismo estava abrindo uma brecha para que as mulheres pudessem falar e em um futuro não tão distante pudessem decidir o que fazer de suas vidas. Com liberdade plena, Virginia Woolf acreditava que se poderia saber o que era uma mulher, conceito que até então não poderia ser formado. A brecha aberta pelo feminismo modificaria também a ficção produzida por mulheres, que encontrava-se podada pelo preconceito masculino, conferindo maior liberdade de expressão: "(...) ela tinha pensado em algo, algo sobre o corpo, sobre as paixões que para ela, como mulher, não seria apropriado dizer. Os homens, sua razão dizia, ficariam chocados" (WOOLF, 1997: 48). Enfraquecendo o discurso patriarcal, as primeiras feministas começaram a enraizar na sociedade sua ideologia que combatia a opressão, desenvolvendo uma consciência coletiva de que a mulher deveria se libertar de todos os mitos que pairavam ao redor do seu sexo.

Neste momento cabe nos perguntar: quais as origens deste movimento? De que forma as brasileiras entraram em contato com ele? E como o feminismo alterou o formato dos jornais produzidos por mulheres?

1.2 Feminismo e a mulher brasileira

Com a chegada da família real ao Brasil no ano de 1808 o perfil da sociedade brasileira sofreu alterações, chegando a afetar o cotidiano das nossas mulheres. Antes prezas em casa, rodeadas por escravos, ocupadas em gerar uma prole numerosa, estas mulheres passam a freqüentar as ruas e teatros, mesmo que acompanhadas. A educação² também passa a fazer parte da vida feminina, mesmo que de maneira precária. Com o afrouxamento da rigidez patriarcal, algumas mulheres conseguiram viajar ao exterior para estudar, fato muito raro na época.

Nos Estados Unidos e França, estas mulheres, entraram em contato com os ideais feministas. Dentre estas brasileiras encontramos Dionísia Gonçalves Pinto, mais conhecidas entre nós sob o pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta. Nascida no Rio Grande do Norte, no ano de 1810, Nísia Floresta é considerada a pioneira do feminismo no Brasil. Depois de ter ficado viúva, a escritora decide mudar-se para o Rio Grande do Sul para fundar uma escola de moças. De lá, parte para o Rio de Janeiro, onde também se dedica à educação feminina, além de escrever artigos em jornais defendendo a emancipação da mulher. No ano de 1849, muda-se para Paris. Na capital francesa, Nísia Floresta entra em contato com diversos intelectuais da época e publica o seu *Opúsculo Humanitário*, coletânea de artigos feministas. Também traduziu para o português a obra de Mary Wollstonecraft, *A vindication for the rights of women*. Através de Nísia Floresta a consciência política e o desejo de liberdade feminina foi despertado em várias mulheres das classes alta e média do Brasil.

De acordo com Céli Regina Jardim Pinto (2003), o feminismo brasileiro do século XIX e início do século XX não se configurou como um movimento propriamente dito, mas sim através de vozes espalhadas ao redor do país e que nem sempre conseguiam se comunicar umas com as outras. Seria um movimento de personalidades. Encontramos este fato, relatado no jornal *A Família*, quando Josephina Alvares de Azevedo comenta a fundação do *New York Club das Mulheres de Imprensa*:

² O tema será tratado mais adiante, no capítulo seguinte.

Aqui tais instituições não poderiam fundar-se; porque não há senhoras que se dediquem à carreira jornalística. Há algumas poucas escritoras de muito mérito; essas, porém, não fazem da imprensa carreira, fogem dela, porque lhes seriam até prejudicial. É tristemente desanimadora a contingência das brasileiras que meditam sobre a condição da mulher neste país, onde, ainda, não é possível nem mesmo utilizar a sua inteligência. (...) Fundar clubs com fins utilitários para recreação e aproveitamento de espíritos emancipados! Seria uma loucura só pensar nisso. (A Família, ano II, nº 48)

Durante o século XIX, várias mulheres nos Estados Unidos, Inglaterra, França e Argentina se reuniam em associações, com o objetivo de estudar e divulgar a causa feminista. Estas associações tinham vários matizes, sendo algumas mais moderadas, sem intenção de entrar em choque com o Estado, outras só contavam com a participação de mulheres da aristocracia, outras apenas com proletárias de origem estrangeira. A herança histórica brasileira, que no século XIX ainda guardava resquícios da severidade imposta pela Igreja para regular o corpo feminino, fez com que a maioria das brasileiras se mantivessem contra as ideias feministas, dificultando o trabalho de emancipação das mesmas.

A solução encontrada pelas mulheres que se aventuraram na causa feminista foi a utilização do jornal. De acordo com Céli Regina Jardim Pinto (2003), encontrar voz através das páginas do jornal era uma atitude pragmática e estas primeiras feministas buscavam fazer-se ouvir não só pelas mulheres, mas também pelos governantes do país. Um exemplo disto pode ser encontrado nas páginas do jornal *O Sexo Feminino*, de Francisca Senhorinha Motta Diniz:

Queremos a nossa emancipação – a regeneração dos costumes;
 Queremos reaver nossos direitos perdidos;
 Queremos a educação verdadeira que não têm dado o dom de que possamos educar também nossos filhos;
 Queremos a instrução para conhecermos nossos direitos e deles usarmos em ocasião oportuna;
 Queremos conhecer os negócios de nosso casal para bem administrá-los quando a isso formos obrigadas;
 Queremos, enfim, saber o que fazemos, o porquê, o pelo quê das coisas;

Queremos ser companheiras de nossos maridos e não escravas;
Queremos saber como se fazem os negócios fora de casa;
Só o que não queremos é continuar a viver enganadas. (*O Sexo Feminino*, 25 de outubro de 1873)

Estes jornais, como podemos observar, abriram uma brecha para que as mulheres pudessem exigir espaço no mercado de trabalho, acesso a uma educação igualitária entre os sexos, incentivo a produção literária feminina, além de reivindicação do voto feminino. O que se exigia neste primeiro momento era uma profunda alteração no papel que a sociedade delegou para a mulher ao longo de toda a nossa história.

Um tema importante nos jornais feministas brasileiro, principalmente em *A Família*, foi o sufrágismo que impulsionou muitas das nossas primeiras feministas. Mulheres como Josephina Alvares de Azevedo, Isabel Dillon e Isabel de Sousa Matos foram alguns dos nomes que reivindicaram seu direito ao voto, chegando a exigir o título de eleitor, além de, como foi o caso de Isabel Dillon, apresentar-se como candidata à Constituinte. A luta das feministas pelo direito de votar e serem eleitas ficou mais acirrada com a proclamação da República. Acreditavam elas que, os direitos republicanos se estenderiam a ambos os sexos. No entanto, tal fato não ocorreu e a causa sufragista se estenderia até o início do século XX, tendo seu direito finalmente reconhecido em 1932.

O movimento feminista no Brasil do século XIX pode ser configurado como um movimento fraco, mas de suma importância para eventos ocorridos nas primeiras décadas do século XX. Graças a mulheres como Nísia Floresta, Preciliana Duarte, Josephina Álvares de Azevedo e Francisca Senhorinha, tivemos a oportunidade de formar mentes como a de Bertha Lutz que, desde a década de 1920 até a de 1970, lutou incessantemente pelos direitos políticos e civis femininos. Graças ao fruto plantado pelas primeiras feministas, a educação das mulheres no Brasil foi melhorada, seu acesso ao ensino superior aceito e em 1910 já tínhamos um corpo militante instruído o suficiente para criar o Partido Republicano Feminino. Lideradas por Leolinda Daltro e Gilka Machado, o Partido tinha como objetivo falar e promover a participação política

feminina, seja como candidata seja como eleitora, além da independência financeira e o fim da exploração sexual. Aqui podemos ler um trecho do Regimento do partido Republicano Feminino:

2º Pugnar pela emancipação da mulher brasileira, despertando-lhe o sentimento de independência e de solidariedade patriótica, exaltando-a pela coragem, pelo talento e pelo trabalho (...)

4º Pugnar para que sejam consideradas extesivas À mulher as disposições constitucionais da República dos Estados Unidos do Brasil, desse modo incorporando-a na sociedade brasileira (...)

7º Combater, pela tribuna e pela imprensa, a bem do saneamento social, procurando, no Brasil, extinguir toda e qualquer exploração relativa ao sexo. (*Diário Oficial*, 17/12/1910)³.

Como podemos observar nos artigos acima selecionados, as lutas iniciadas no século XIX ainda não tinham atingido o estágio de conquistas e a imprensa feminista continuava exercendo um papel fundamental na propagação do movimento.

1.3 Imprensa Feminina e Movimento Feminista

A união dos jornais femininos com o movimento feminista teve como berço a França, graças a Revolução Francesa. Poucos tempo depois da *Declaração dos direitos da mulher e cidadã*, em 1791, por Olympe de Gouges, é fundado o primeiro jornal feminista da história *L'Athénée des Dames*, ainda no século XVIII. O jornal introduziu entre suas colunas, assuntos ligados ao pensamento feminista que acabava de aflorar na França. Embora as reivindicações de Olympe de Gouges tivessem sido aprovadas pela Assembléia Nacional, grande maioria das francesas não concordava com a emancipação da mulher e não apoiaram as senhoras que dirigiam o *L'Athénée des Dames*:

³

Apud Pinto: 2005, p. 19.

Apesar do correio sentimental, suas redatoras buscavam a luta, no que não eram acompanhadas pelas leitoras que lhes escreviam dizendo ser a resignação a solução para os problemas femininos. Foi fechado em 1809, por ordem do imperador. (BUIIONI: 1981, p. 30)

Depois deste episódio, as ruas francesas só voltaram a ver circulando um jornal feminista em 1848, com a publicação de *La Voix des Femmes* e *L'opinion des Femmes*. Este último merece destaque por conta de seu tom mais revolucionário e direto. As escritoras de *L'opinion des Femmes* eram operárias que lutavam em prol dos direitos femininos reclamando que o lema da revolução francesa, “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, deveria ser um direito tanto dos homens quanto das mulheres. Vários outros jornais começam a surgir na França e em outros países ocidentais, ajudando a sedimentar e propagar o movimento feminista.

No Brasil, o primeiro jornal dirigido por mulheres já tinha um teor feminista, o anteriormente citado *Jornal das Senhoras*. A sua passagem pela imprensa carioca foi rápida e um caso isolado. Apenas em 1873, surge no Brasil outro jornal com o mesmo teor que o fundado por Juana Manso, *O Sexo Feminino*, criado pela mineira Francisca Senhorinha da Motta Diniz. No primeiro número do jornal, os leitores já podiam ler afirmações como:

Em vez de pais de família mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cozinhar, varrer a casa etc. etc., mandem-lhe ensinar a ler, escrever, contar, gramática da língua nacional perfeitamente e, depois, economia e medicina doméstica, a puericultura (...). (DINIZ: 1873, p. 1)⁴

A principal bandeira do jornal da feminista mineira era a educação. Assim como as demais feministas da primeira onda, Francisca Senhorinha acreditava que o maior inimigo da mulher não era a sociedade patriarcal, mas a ignorância intelectual feminina que podava seus horizontes de vida e as tornavam seres submissos. Pouco tempo depois da inauguração do seu jornal, Francisca Senhorinha se muda para o Rio de Janeiro, a convite do imperador D. Pedro II, para lecionar. Seu jornal também é transferido para a Corte, ganhando maior público, incluindo entre seus assinantes o próprio imperador.

⁴ Apud BUIIONI: 1881, p. 52.

O jornal teve uma vida breve mas, voltou a circular no ano de 1889, sob o título *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. As ideias defendidas pelo jornal permaneciam as mesmas. Suas páginas estampavam artigos defendendo que a mulher tinha capacidade intelectual para atuar em todos os campos do saber, chegando inclusive, a algumas vezes cometer o exagero de afirmar que a mulher um dia se mostraria mais capazes que os homens. Neste jornal era freqüente o apelo para que o mercado de trabalho fosse aberto para as mulheres, pois através da educação e do emprego, estas poderiam se tornar independentes e algumas conseguiriam até fazer fortuna. Não havia outro caminho a não ser a emancipação feminina:

... (há urgência) em fazer compreender a necessidade de nos emanciparmos da tutela eterna e injusta que pesa sobre o nosso sexo. [...] Não estamos mais nos tempos em que o saber estava encarcerado nos claustros. [...] Vemos, graças à luz da civilização, que a verdadeira liberdade consiste na soberania da inteligência. Mas, verdade seja dita, sem se efetuar uma transformação radical e completa no regime da atual educação do nosso sexo, nada ou pouco, muito pouco, conseguiremos em benefício de nosso *desideratum*. [...] Precisamos pugnar pela emancipação da mulher, adquirida pela trílice educação: física, moral e intelectual.⁵

Aqui encontramos um apelo para a emancipação não só intelectual, mas também física da mulher. A emancipação física da mulher lhe renderia controle sobre seu corpo e seus desejos, algo que até então era impossível, por conta de uma herança histórica antiga. De acordo com Michel Foucault (2007:127) os séculos XVII e XVIII representam um momento de repressão da sexualidade, trazendo consigo pudores de linguagem, preservação do corpo e valorização das praticas sexuais exclusivamente no espaço matrimonial. Esta repressão, diz Foucault, pode ser vista como um reflexo da era das penitências e do ascetismo medieval, quando os religiosos passam a rejeitar o corpo. Para a Igreja Medieval a maneira natural como o sexo era encarado entre a população carente seria uma blasfêmia contra Deus. Incomodada com esta situação, no século XIV a Igreja decide tomar uma atitude drástica para controlar a sexualidade, principalmente a feminina. Inicia-se o período de caça às bruxas,

⁵ Apud COELHO, in A Emancipação da Mulher e a Imprensa Feminina. <http://kplus.cosmo.com.br/materia.asp?co=119&rv=Literatura> Acessado em 21/12/2010.

guiados por manuais de Inquisição como o *Fornicarius* e o *Malleus Maleficarum*. Para justificar o maior número de mulheres entre os hereges, a Igreja afirma que o sexo feminino era imperfeito por ter sido criado à partir da costela de Adão. Sendo a costela um elemento curvo, a mulher se entregaria mais fácil às seduções diabólicas e prazeres carnis e sua natureza feminina seria malévola, caprichosa, luxuriosa e vingativa. Consideradas bruxas, estas mulheres tinham o poder de enfeitiçar os homens, despertar neles o desejo carnal, induzi-los a paixões desenfreadas, porque tinha copulado com o demônio, e este as ensinou todas as artimanhas necessárias para levar um homem à loucura. As bruxas eram identificadas entre aquelas mulheres que exerciam sua sexualidade livremente, conseguiam sentir prazer sexual e despertar a libido de alguns membros do clero. Através da manipulação do Antigo Testamento, das torturas e fogueiras, os Inquisidores começaram a infiltrar na mente feminina a idéia de que elas carregavam em si o gérmen de todos os pecados do mundo. Politicamente bem estruturada, a ordem religiosa começa a transformar as mulheres em figuras perturbadas com sua sexualidade.

Outro agravante na relação mulher/sexualidade dá-se no século XVIII, com a criação de uma tecnologia do sexo pela burguesia. De acordo com Michel Foucault (2007: 132) os burgueses, através da pedagogia, medicina e economia transformaram o corpo num objeto de constante vigilância. A figura da mulher foi a primeira a sofrer com tal procedimento. Tida como elemento frágil, a sexualidade feminina começa a ser vítima de receitas medicinais diversas que iriam preservar o seu corpo para que dele saísse uma prole saudável. Desta preservação surge uma mulher afetada pela histeria e que tanto fora estudada pela psicanálise. Qualquer elemento do sexo feminino estaria predestinado a garantir a saúde de sua família e conseqüentemente de toda uma nação. Uma série de regras passaria a conduzir com mais vigor a conduta feminina, que deveria conservar-se perfeita para o casamento. Assim, durante muito tempo as regras da sociedade é que passam a governar o corpo feminino. O apelo de Francisca Senhorinha pode ter sido discreto, mas como podemos observar, era muito avançado para a época e exigia uma ruptura profunda. Estas ideais, no entanto, não eram aceitas por muitas mulheres e homens, mas seu jornal conseguia se sustentar mesmo assim, porque abriu

espaço em suas páginas para dicas de moda, palavras-cruzadas e receitas culinárias.

Outros jornais feministas que circularam na Corte na segunda metade do século XIX foram *O Domingo* e *Echo das damas*. As editoras destes jornais, Violante Atabalipa Bivar e Amélia Carolina da Silva Couto, defendiam os mesmos ideais que Francisca Senhorinha. Estes dois jornais buscaram reforçar a emancipação feminina, trazendo para as leitoras brasileiras as conquistas das mulheres americanas. Através destes exemplos, as editoras tentavam provar para a nação brasileira que o único caminho sensato para o melhoramento social seria tirar a mulher da sombra dos homens. Mas, de acordo com June Hahner (1981), Violante Bivar ainda tinha algumas ressalvas sobre o espaço da mulher no mercado de trabalho. Não tão ousada quanto as suas outras companheiras, Violante Bivar acreditava que a mulher não poderia exercer qualquer profissão e que sua principal atividade ainda era amar e servir ao homem. O papel de mãe era a maior missão da mulher e uma educação refinada iria ajudá-la a desempenhar melhor a sua maternidade.

Fora da Corte existiram jornais feministas, como no Rio Grande do Sul, Pernambuco e São Paulo. O principal problema entre estes jornais, tão afastados geograficamente, era a falta de comunicação, sendo raros os momentos onde estas mulheres trocavam informações. As feministas dos diversos cantos do país não conseguiam promover um intercâmbio contínuo, fazendo com que o movimento dentro do Brasil tivesse apenas focos isolados. Esta dificuldade fez com que o movimento não tivesse um grupo bem sedimentado, como já havíamos mostrado anteriormente, retardando em muito as conquistas das brasileiras.

Em São Paulo temos como destaque o jornal *A Mensageira*, de Prescília Duarte de Almeida. Na edição inaugural da revista, vemos o seguinte depoimento de Júlia Lopes:

Não é sem algum espanto que escrevo este artigo, para um jornal novo, e, de mulheres! É uma tentativa sem grandes fundamentos? Viverá pouco? Ficaré? Só o tempo poderá responder a estas perguntas; entretanto, que fique, ou que passe no sopro ligeiro dos dias curtos, esta revista assinala um fato, digno de atenção de que o movimento feminista vai

desenvolvendo a força de suas asas, no Brasil. (*A Mensageira*: n. 1, p. 3)

A Mensageira, como podemos notar, também foi fundada com o intuito de endossar a luta pela emancipação da mulher, tendo como bandeira uma melhoria da educação feminina. A diferença que encontramos neste periódico é a adição de contos e poemas escritos por mulheres. Assim como acontecia na França, a diretora do periódico achava que a imprensa deveria funcionar como um espaço para incentivar a presença feminina no mundo literário. Em suas páginas circulavam material literário de escritoras que posteriormente ganharam notoriedade, como é o caso de Júlia Lopes, e várias outras que não lograram tanto sucesso. No começo da revista encontramos textos tímidos, cuja linguagem mostrava certo receio de escrever o que pensavam, outros ainda resistiam um pouco às mudanças propostas pelo movimento. No entanto, com o passar do tempo, as escritoras tomam coragem e começam a despir-se por inteiro, reconhecendo-se feministas e falando abertamente dos seus interesses.

Em Pernambuco, os jornais feministas abraçaram além da emancipação da mulher, a causa abolicionista. Uma característica, entretanto, era comum a todos eles, dicção que cambaleava entre matérias amenas e apelos revolucionários. O molde dos jornais pernambucanos também era parecido com os encontrados nas outras regiões do país. Poemas de autoria feminina, em sua maioria inocentes e que algumas vezes serviam como troca de homenagem entre amigas, além de dicas de moda e etiqueta em meio a reivindicações comuns do primeiro momento feminista.

Enquanto jornais feministas pipocavam no país, uma pernambucana de 26 anos saía do Recife rumo a São Paulo, Josephina Álvares de Azevedo. Muito provavelmente, Josephina presenciou e sentiu de perto o florescer das ideias de emancipação da mulher em sua terra natal. Chegando a São Paulo, funda o que até hoje é considerado o jornal mais sério e revolucionário dentro da causa feminista no século XIX brasileiro, *A Família*.

A FAMÍLIA: UM JORNAL DEDICADO À EMANCIPAÇÃO FEMININA

No mês de novembro de 1888, os jornaleiros da capital paulista têm em suas mãos, para vender, um jornal literário que é dedicado à educação da mãe de família. De circulação semanal, este jornal tinha como proprietária a senhora Josephina Álvares de Azevedo, cuja profissão era a docência. No editorial deste primeiro número, sua proprietária achava de certo dizer a que veio. De acordo com ela, o jornal não iria ensinar as mães paulistas a educar seus filhos, mas educá-las para a vida. Educá-las para uma realidade maior que iria tirá-las da sombra dos maridos. Josephina também afirma que não pretende iniciar uma cruzada nem uma batalha segurando a bandeira da Emancipação da Mulher. O seu jornal fora criado apenas para expor suas idéias:

Eu não pretendo, qual Joana d’Arc, de uma cruzada santa, conduzir exércitos à vitória, desfraldando o estandarte aurifulgente da legítima e sagrada – Emancipação da Mulher – porque não tenho força nem talento para tanto; mas não deixarei jamais de pensar assim e dizer francamente aquilo que penso. Não interceptemos os raios do sol com a transparência de uma cambraia. (*A Família*, ano I, nº 1)

Realmente não se deu início a uma luta armada em prol da mulher, mas Josephina conseguiu abrigar nas páginas de seu jornal um número considerável de mulheres que concordavam com a emancipação feminina. Estas mulheres, em sua maioria também professoras, escreviam artigos de opinião pública, traduziam textos franceses representativos para a causa feminista, escreviam contos, poemas, além de trazer personalidades femininas transgressoras. O jornal contava também com colaboradoras internacionais, fato único em uma época na qual o intercâmbio de informações era precário até dentro do país. O objetivo não seria apenas expor suas idéias, como disse a proprietária do jornal. O objetivo seria despertar a consciência das mães paulistas para que elas pudessem competir com os homens em todos os campos profissionais, seguindo o exemplo das francesas e inglesas. Mesmo afirmando não estar querendo iniciar uma luta nem um movimento, Josephina

Álvares de Azevedo encerra o seu primeiro editorial convocando as mulheres para compartilharem de sua causa:

Estou certa de que caminhareis comigo na senda desta árdua propaganda, incitadas também pelo exemplo das nossas amigas que na França e na Inglaterra desfraldaram aos ventos do porvir o estandarte das nossas liberdades. A revolução que deu ao mundo a igualdade do homem teve por teatro uma das mais gloriosas nações da vetusta Europa, pode estar reservada à jovem América a imensa glória de ser o teatro da grande conquista de nossa igualdade. Luz e progresso, é hoje uma legenda americana. Seja também nosso patrimônio bendito. É esse entusiasmo que me arroja a esta propaganda, por amor deste Brasil, que me viu nascer, e que eu desejo ver engrandecido ao apogeu de todas as glórias, e em cujo seio a mulher seja nobre, instruída e livre. (*A Família*, ano I, nº I)

Apoiada nos ideais de igualdade do Iluminismo e no exemplo de mulheres como Susan Stanton, Josephina deixa claro que seu desejo é endossar a causa feminista no Brasil e para que isto acontecesse, as mulheres deveriam se unir. Livres do torpor secular que as adormeceu, a mulher da era moderna deveria se instruir, participar ativamente da política, da economia, da medicina e das leis. A igualdade entre os sexos seria o único caminho para a evolução da pátria.

O impacto que o primeiro número de *A Família* causou na sociedade foi registrado pela própria Josephina na edição do dia 15/12/1888. Muitos dos jornais masculinos que receberam o exemplar de *A Família* não entenderam ou fingiram não entender a matéria principal do editorial. Jornais como *Diário Popular*, *Diário Paulistano* tornaram público que Josephina Álvares de Azevedo havia lançado um projeto convidativo, no qual as mães do estado de São Paulo seriam brindadas com um excelente guia para se tornarem melhores no lar. Diziam os jornalistas que *A Família* era útil para a sociedade por ser um jornal de leitura amena, de estilo mimoso, elegante e simpático. Talvez estas opiniões quisessem forçar a proprietária do jornal a mudar o tom de suas páginas, já que a sensibilidade de sentimentos e temas fúteis eram objetos propícios à alma feminina. Mas outros jornais preferiram ser mais diretos, como foi o caso de *Província de São Paulo*:

O artigo da redação tem por epígrafe estas palavras de Victor Hugo: “Veneremos a mulher! Santifiquemo-la e glorifiquemo-la!” Inteiramente de acordo, exma senhora. Permita-nos, porém, que humildemente lhe digamos que a mulher para ser venerada, glorificada e, sobretudo santificada, não deve competir com o homem na “direção do estado” e em muitas coisas mais, como v. V. Exc. sustenta. (*Da Província de São Paulo*, sem número)⁶.

As sinceras linhas acima transcritas representam a opinião corrente na sociedade da época. Uma mulher emancipada, querendo competir igualmente com os homens era uma ideia incômoda e que beirava o ridículo. Se a mulher quisesse escrever versos, que o fizesse para se distrair e distrair os seus parentes e amigos. O papel da mulher havia sido determinado há milênios pelo homem para ser a guardiã do lar, responsável pela felicidade do marido, educadora dos filhos e sua mente só conseguia alcançar temas referentes aos bordados e à culinária. Ao longo da vida do jornal, algumas mulheres também se rebelaram contra Josephina Álvares de Azevedo, enviando cartas para a redação sugerindo que a autora se dedicasse exclusivamente aos temas que dizem respeito à mulher:

A missão que tomamos sobre nossos ombros é mais árdua, é espinhosa. Muitas senhoras temos encontrado, que nos dizem ser o jornal de modas, o verdadeiro jornal da família! Nessas ocasiões (confessamos), temos vergonha de sermos mulher! (*A Família*, ano II, nº6)

Tais sugestões só puderam ocorrer porque, como afirma Simone de Beauvoir:

(...) as mulheres nunca constituíram uma sociedade autônoma e fechada; estão integradas na coletividade governada pelos homens e na qual ocupam um lugar de subordinadas; estão unidas somente enquanto semelhantes por uma solidariedade mecânica: não há entre elas essa solidariedade orgânica em que assenta toda uma comunidade unificada (BEAUVOIR: 1967, 363)

⁶

Apud *A Família*, ano I, nº 2.

Pode-se entender esta falta de solidariedade orgânica como uma limitação do campo intelectual e moral feminino. Governadas pelos homens seu campo de visão lhes mostra um mundo que não podem domar, uma realidade que lhes diz serem submissas e incapazes de caminhar sem seus donos. Acreditando em sua fraqueza natural, criaram uma genealogia feminina baseada na obediência. E esta genealogia muitas vezes as colocava umas contra as outras, como aconteceu com as mulheres ditas tradicionais e as feministas, mães solteiras, divorciadas ou donas de qualquer outro tipo de transgressão.

O jornal de Josephina Álvares de Azevedo circulou até o ano de 1898. Na cidade de São Paulo, circulou apenas nos primeiros seis meses de sua existência. Já em 1889, a proprietária do jornal decide mudar-se para o Rio de Janeiro, acreditava ela que na Corte suas propostas seriam mais bem aceitas. Na então capital do país seu jornal sobrevive durante nove anos, mas a duras penas. Em vários momentos o periódico passou por sérios problemas financeiros devido ao pequeno número de leitores, já que seu teor era puramente feminista. Em algumas publicações, a proprietária do jornal reclama de tal fato:

Há algumas senhoras, porém, que não compreendendo a verdadeira sublimidade da minha tarefa, tem me recebido com um certo ar de indiferença que me compunge sinceramente, e recusando a assinar a minha revista, pretextando, o serem assinantes de outros jornais, e não verem necessidade na aquisição d' *A Família*. (*A Família*, ano II, nº5)

O jornal *A Família* poderia ter sido mais um entre tantos outros que foram seus contemporâneos, poderia ter sucumbido à necessidade financeira e deixar um pouco de lado o seu objetivo principal, como fizeram tantas jornalistas da época. Para sustentar seu jornal, Josephina Álvares de Azevedo poderia ter cedido espaço a uma coluna de moda ou culinária, mas ela preferiu fechar seu jornal no ano de 1898, antes que isso chegasse a acontecer. Mas quem foi Josephina Álvares de Azevedo? Qual a sua trajetória de vida e formação intelectual?

2.1 Trilhando uma vida: por uma busca da biografia de Josephina Álvares de Azevedo

A biografia de Josephina Álvares de Azevedo se apresenta até a atualidade como um mistério a ser revelado. Dona de um dos jornais feministas mais importantes do final do século XIX e uma das primeiras pessoas a lutar em território brasileiro em prol dos direitos femininos, a escritora passou pela vida deixando apenas registros de sua ideologia. Alguns acreditavam que através do resgate de seu jornal, *A Família*, poder-se-ia descortinar os detalhes de sua vida. No entanto, mesmo no número 103 do jornal, publicado em 9 de maio de 1891 em sua homenagem, não encontramos dados biográficos de Josephina Álvares de Azevedo, apenas relatos da sua importância dentro do movimento feminista que se iniciava no Brasil.

Seu sobrenome despertou a curiosidade de muita gente, sempre a ligando ao poeta Manuel Antônio Álvares de Azevedo, ora sendo considerada meia-irmã do poeta, ora apenas prima. Em relação ao seu parentesco tão polêmico com o poeta Álvares de Azevedo, sabemos através das páginas de seu jornal, que este fora apenas seu primo:

No dia imediato ao da minha chegada tive a honra de ser recebida por S.M. o Imperador, o qual depois de conversar comigo a respeito do meu falecido primo e poeta Álvares de Azevedo, declarou-se protetor de minha revista e louvou-me pela missão que tomei sobre meus ombros. (*A Família*, 23/02/1889)

O local de nascimento também foi motivo de discussões, sendo Itaboraí, afirmado por Sacramento Blake como sua cidade natal e Recife por Américo Oliveira e Mário Viana. Sobre o seu local de origem, a própria autora acaba com as controvérsias em seu jornal, quando na sessão *Carnet de Voyage* declara:

Continuando a minha excursão para o norte, coube-me a ventura de tocar em minha terra natal: PERNAMBUCO. (...) Para mim não é só Pernambuco a Veneza do Norte, é também o berço encantado em que embalaram-me os sonhos irisados da meninice. (...) Apertava-se-me o seio de saudade a alma doudejava de alegria, d'essa agri-doce ventura, que se não

sente muito tempo, que não se descreve nunca, porque essa inexplicável sensação que só experimenta, após longa ausência, ao voltar à terra natal não se descreve, não se compreende, não se define, porque não está ao alcance da linguagem humana, exprimir aquilo que tem a sua causa secreta nos mistérios impenetráveis da natureza, e que se resume nesse poema de prazer, de tristeza, de ventura e de saudade, sintetizado nesta expressão tão vaga – o sentimento. (*A Família*, ano I, nº41)

Josephina Álvares de Azevedo, portanto, nasceu na cidade de Recife, em 05 de maio de 1851. Alguns pesquisadores, como Valéria Andrade Souto-Maior, atribuíam o dia 05 de março como o dia de seu nascimento, mas nas páginas do jornal *A Família*, descobrimos que tal informação encontra-se equivocada:

A bem merecida homenagem que lhe presta *A Família*, no dia 5 de maio, venho, pois ajuntar os meus entusiásticos aplausos, acompanhados de muitas e muitas flores. (VALLE, *A Família*: ano III, nº 103).

A edição acima citada foi uma homenagem ao aniversário da escritora, tendo por ocasião sido publicado a sua fotografia, ao lado de diversos depoimentos que confirmam o 5 de maio como a data de seu aniversário. Sua filiação, no entanto, é desconhecida, já que até o presente momento não foi encontrado seu registro de nascimento. Em *O Florete a A máscara*, Valéria Souto-Maior afirma que Josephina Álvares de Azevedo viveu em Recife até os 26 anos de idade, quando se mudou para a cidade de São Paulo em 1878. Dentre os registros encontrados à respeito de sua vida, encontramos entre os anos de 1888 e 1899, apenas relatos de sua vida intelectual.

- 1888/ 1898: publicação e direção do jornal *A Família*;
- 1891: publicação de *A mulher moderna*;
- 1891: peça *O voto feminino*;
- 1890: *Retalhos*;
- 1897: *Galeria Ilustre (Mulheres célebres)*.

Acredita-se que Josephina Álvares de Azevedo tenha sido mãe, mas não se sabe de quantos filhos, quem foi o seu marido, como conseguiu se formar professora e escritora, nem quais os caminhos de sua vida que a levaram a conhecer a causa feminista. Talvez os escassos relatos de sua vida tenham sido propositais. Afinal de contas, o que importa detalhes como quantidade de filhos, nome de marido, filiação, grau de parentesco com um poeta famoso, diante do árduo trabalho realizado pela escritora ao longo de sua existência e que contribuiu para tirar a mulher brasileira dos bastidores da sociedade?

2.2 A causa feminista nas páginas de *A Família*

Ao longo de toda a existência do jornal *A Família*, Josephina Álvares de Azevedo e suas colaboradoras escreviam semanalmente algum artigo em defesa da maternidade como elemento fundamental da pátria e, por conta de tal posicionamento, a mulher deveria ser instruída:

A grande ideia que hoje deve preocupar a humanidade é educar a mulher para ser mãe, porque à mulher cumpre o encargo de iluminar a alma de seu filho, desenvolvendo-lhe os sentimentos puros e generosos; impossível, porém, será inspirar-lhe a virtude e heroísmo, se não possuir uma educação superior. (*A Família*, ano I, nº3)

Este tipo de visão era muito comum entre as primeiras feministas, tanto no Brasil quanto no exterior. As feministas que colocavam a função materna e o cuidado com o lar no centro das relações femininas eram consideradas mais conservadoras, indo de encontro muitas vezes com as feministas que viam na maternidade uma das principais causas da submissão feminina. Esta defesa do caráter divino da maternidade foi interpretado por June Hahner como uma forma de auto-proteção, pois:

Ao contrário de muitos dos seus caluniadores masculinos, que afirmavam que as mulheres seriam facilmente corruptíveis se pusessem o pé para fora da casa e que a família enfraqueceria-se e estaria necessitada de defesa, essas feministas

manifestaram sua confiança nas mulheres e em suas aptidões (HAHNER, 1981: 26)

E esta confiança estava fortemente atrelada com a função materna pois, assim as feministas assegurariam que a mulher sairia do claustro familiar parcialmente, sem deixar de lado muitos dos atributos naturais do sexo feminino. Colocar a figura da mãe como a função que maior representava a mulher seria uma forma de inseri-la dentro da sociedade, dar-lhe direito a uma educação digna, mas sem virilizá-la. Desta forma, a mulher poderia obter um diploma de médica, advogada, professora, jornalista, mas acima de tudo seria mãe e dona-de-casa. Uma mãe conseguiria instruir seus filhos, porque teria adquirido conhecimentos eruditos para tal coisa e através desta erudição, poderiam as mulheres, mudar a cabeça de sua prole e fazer com que esta não mais propagasse o machismo. Mas este posicionamento trazia consigo características que também não ajudavam na libertação feminina.

Para Josephina Álvares de Azevedo e suas companheiras a mulher teria plenos direitos de ganhar o espaço público, mas o espaço privado não deveria ser dividido com o homem. Diziam estas que as atividades domésticas e o conseqüente governo do lar era um dom exclusivo das mulheres. Logo no número I de *A Família*, a sua proprietária deixa isto claro:

Em tudo devemos competir com os homens – no governo da família, como na direção do estado. (...) As sociedades assentam suas bases sobre dois princípios cardeais: o princípio da força e o princípio da ordem. O princípio da força é o homem, o da ordem é a mulher. (...) O homem é a negação da ordem (...). E em abono desta opinião eu vos trarei um exemplo muito vulgar – o governo de uma casa. (...) ele não é capaz de governar uma casa, que se compõe de algumas pessoas. (*A Família*, ano I, nº1)

Assim, muitas das primeiras feministas acreditavam que a mulher teria direitos naturais de conquistar o espaço público, dividi-lo com os homens, mas não permitiam que estes adentrassem no espaço privado, reformulando também a sua posição dentro da sociedade. Este posicionamento acabou dando a mulher uma dupla jornada de trabalho, que seria questionada apenas

na década de 1960. As feministas brasileiras que empregavam este tipo de idéias foram classificadas de conservadoras e estas configuravam a grande maioria do movimento. Seus posicionamentos costumavam ser moderados para não entrar em choque com o Estado e seus discursos eram feitos através de uma linguagem que não reivindicava de maneira mais consistente a emancipação feminina, não questionando muito as desigualdades sociais. Para elas, a mulher deveria se educar para beneficiar a família e a nação. A epígrafe da *Revista del Consejo Nacional de Mujeres de La Republica Argentina* mostra diretamente o pensamento destas mulheres: “No para ella misma sino para la humanidad”⁷. Estas feministas temiam a verdadeira mulher emancipada e ajudavam a reforçar a figura ideal da esposa virtuosa e mãe dedicada, que agora passaria também a ser instruída. Estes exemplos podem ser vistos em vários jornais brasileiros da época, inclusive nos primeiros números de *A Família*:

A instrução é tão necessária no homem como à mulher; não para ela exercer cargos fora do lar doméstico, porque: o que seria dos filhos ainda na aurora da vida, privados dias inteiros dos cuidados maternos? O que seria da ordem e economia dos lares se a mulher fosse discutir nas assembléias e tribunais? A casa se tornaria uma verdadeira anarquia, o esposo veria com rapidez desaparecer o fruto do seu trabalho. A instrução da mulher é necessária, para ser ela própria a preceptora de seus filhos, e não confiar a outrem o cuidado de instruí-los e educá-los moralmente (A Família, ano I, n°?)

O trecho acima citado faz parte da conferência *A Mulher Forte* de autoria de Presciliana Duarte e, apesar de contribuir para esta forma de feminismo mais ameno, que não pretendia alterar a ordem social em vigor, não condizia com o tom mais freqüente do jornal de Josephina Álvares de Azevedo. Na verdade, o jornal *A Família* abria espaço para diversos pontos de vista, mesmo os que iam de encontro à opinião de sua proprietária. É certo que Josephina acreditava que o espaço privado deveria ser exclusividade feminina, mas ela dá alguns passos além, declarando que a mulher deve se emancipar e assume posições contrárias a da maioria das feministas da época.

7

Revista del Consejo Nacional de Mujeres de La República Argentina, ano 2, n°8, 1902.

Em vários artigos seus, a professora pernambucana faz questão de defender o sufrágio feminino, a participação da mulher no mercado de trabalho com o fim de contribuir financeiramente com a manutenção do lar, critica os homens que ainda acreditam na inferioridade feminina, critica a Igreja Católica e políticos importantes da época, como Benjamin Constant, por não aceitarem a educação feminina. Este tema, aliás, era o mais abordado pelo jornal, considerado pela sua proprietária como único meio de libertação do sexo feminino.

2.3 Páginas em prol da educação e do trabalho feminino

Os alicerces da educação brasileira tiveram como parâmetro o modelo português, que guiou nosso sistema educacional durante séculos. Em Portugal as mulheres eram consideradas inferiores e, portanto, não deveriam ter acesso à educação. Assim os primórdios da história do Brasil relegaram às suas mulheres o papel de matronas precoces. Obrigadas a casar nos primeiros anos da adolescência, as brasileiras tinham como rotina a reclusão, o convívio com os escravos e a proliferação de filhos. Para a instrução sobrava pouco ou nenhum tempo. De acordo com Ribeiro (2000), o primeiro documento redigido por uma mulher no Brasil data do ano de 1561, uma carta exigindo da coroa melhores condições para a população infantil negra, constituindo-se fato único. É deste mesmo ano que encontramos a primeira reivindicação pela educação feminina. Tobias (1986) afirma que os índios da Bahia pediram à Nóbrega, que este fundasse também escolas para as índias. Os nativos da colônia, não entendiam o motivo pelo qual o português vedava o acesso a educação para as mulheres, já que estas, na visão indígena, eram companheiras e não inimigas do homem. Nóbrega, depois de vários pedidos insistentes, entrou em contato com a rainha D^a Catarina e pediu que esta enviasse mulheres virtuosas para cuidar da educação das índias, mas a única resposta conseguida pelo religioso foi o silêncio da Coroa.

A ignorância feminina é levada até os séculos XVI e XVII, quando os conventos são criados no Brasil e oferecem ensino para as mulheres. Durante o século XVII, as poucas brasileiras que tiveram algum acesso à educação foi através das freiras, configurando uma educação limitada e voltada para a vida

religiosa. Geralmente as meninas passavam poucos anos estudando no convento e saíam de lá sabendo ler e escrever de maneira precária, tendo estas aptidões sido desenvolvidas através de livros de orações e da bíblia. No século XVIII, o marquês de Pombal tenta tirar das mãos religiosas a centralização do ensino na colônia. Até então, os meninos eram educados por jesuítas e as meninas, como dito anteriormente, pelas freiras. Pombal determinou que fossem abertas duas escolas, uma para meninos e outra para meninas, passando a responsabilidade do ensino para as mãos de professores pagos pelo Estado.

É apenas no início do século XIX, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, que a situação da colônia começa a mostrar alterações mais significativas. Com a instalação de D. João VI e sua corte no Rio de Janeiro, as cidades passam a se urbanizar, as ruas são asfaltadas, investimentos culturais são feitos e cada vez mais as pessoas começam a descobrir a cidade, com suas idas aos teatros e passeios públicos. A educação feminina ganha algumas melhoras, mas continua concentrada entre as famílias mais ricas. Estas trazem para o país preceptoras estrangeiras para dar algumas noções de gramática, francês, inglês e piano para as meninas. O número de escolas femininas aumentou, mas ainda continuavam a oferecer uma educação voltada para a moral e regras de etiquetas próprias de uma esposa de marido financeiramente abastado. O tempo percorrido por uma menina nestas escolas não ultrapassava três anos.

A primeira lei que protegia a educação feminina no Brasil data do ano de 1827 e esta serviu para corroborar com os preconceitos e limitações até então vigentes. De acordo com Bruschini & Amando (1988), a lei de 1827 limitava o acesso feminino apenas ao ensino primário, não permitia a existência de colégios mistos, determinava a importância da diferença da grade curricular das escolas masculinas e femininas (o ensino de geometria, por exemplo, era permitido só para os meninos), e permitia que a mulher exercesse a docência, desde que provasse ser moralmente digna disto. Dutra (2005) afirma que apenas uma escola feminina não priorizava o ensino de prendas domésticas, era a escola de Benedita Trindade. A professora lecionou na cidade de São Paulo entre os anos de 1828 e 1858. Em sua escola as meninas tinham seus estudos focados em matérias de cálculo, gramática, leitura e escrita, deixando

de lado as agulhas e linhas. A escola foi fortemente atacada, mas a censura não prejudicou a continuidade do projeto de Benedita. O preconceito diante da presença feminina na sala de aula também se refletia nas cifras bancárias. Os salários das professoras era inferior ao dos professores, sob o argumento de que as mulheres ensinavam apenas disciplinas sem grande complexidade. A decepção diante das condições de ensino das meninas é relatada diversas vezes no jornal de Josephina Álvares de Azevedo, como no seguinte trecho escrito por Mr. Agasis em *Voyage au Brésil*:

Pouco tenho a dizer das escolas de meninas. O Brasil quase não se importa com a educação das mulheres. O nível do seu ensino mesmo é pouco elevado. Até nos colégios freqüentados pelas filhas das classes ricas, todos os mestres se queixam de lhes serem tiradas as alunas, justamente na idade em que a inteligência começa a desenvolver-se.

Para algumas mulheres, estas precárias escolas femininas se configuraram como apenas uma porta de acesso à erudição. Muitas, ao concluírem seu tempo escolar, continuavam a estudar sozinhas, tornando-se autodidatas, outras, oriundas de famílias menos rígidas e mais ricas, iam estudar nos Estados Unidos ou na França. June Hahner (1981) afirma que levar adiante os estudos no Brasil era uma tarefa difícil, pois não havia escolas secundárias femininas e as privadas eram extremamente caras. Apenas as filhas da elite poderiam ter acesso a educação e mesmo estas não tinham acesso às melhores. Serem aceitas no Colégio D. Pedro II, a melhor escola pública do país, era uma tarefa quase impossível, tanto para alunas quanto para as professoras. No ano de 1888 algumas jovens haviam sido admitidas no colégio, mas o ministro seguinte logo tratou de expulsá-las. O motivo seria o de que não haveria mais fundos para pagar a mulher responsável por vigiar as alunas. Mas mesmo com tantas dificuldades as meninas ao redor do país que tinham algum acesso à educação não desistem de estudar e algumas levam realmente a sério a ideia de mudar a ordem social vigente.

Deste pequeno grupo de mulheres surge, na segunda metade do século XIX, uma insatisfação perante as condições educacionais femininas no Brasil. O jornal *A Família* se faz um dos porta-vozes deste grupo e publica em suas

páginas textos informando a população acerca das conquistas femininas em alguns pontos do país:

Na Faculdade de Direito do Recife terminaram o respectivo curso, devendo receber em breve o grau de bacharel em ciências sociais e jurídicas, as Exmas, sras. DD Palmira Secundina da Costa, Maria Fragoso e Maria Coelho da Silva Sobrinho. São estas as primeiras senhoras que no Brasil se formam em Direito. Que tenham muitas imitadoras é o que sinceramente almejamos. (A Família, ano I, nº2)

Luzilá Gonçalves (2005: 124) afirma que vários outros jornais da época também publicaram o acontecido. Estes jornais relatam que as moças foram fotografadas ao lado do professor Tobias Barreto e que a celebração ganhou as ruas da cidade do Recife, chegando a serem recepcionadas por uma chuva de flores. O que se sucedeu a festa da graduação, no entanto, não foi animador. Embora professores, colegas de curso e a população em si tivessem prestigiado estas pioneiras femininas do Direito, nenhuma delas conseguiu exercer a profissão como os homens. Maria Coelho mudou-se para o Rio de Janeiro e lá abriu um escritório, onde com muita dificuldade conseguiu trabalhar. Já as suas colegas de turma não tiveram o mesmo destino. Delmira Secundina esqueceu o seu diploma numa gaveta qualquer e seguiu a vocação feminina para as prendas doméstica, dedicando-se ao marido dentista e seus filhos. Já Maria Fragoso se casou com seu professor Arthur Orlando e, de acordo com relatos familiares, o ajudou secretamente nas causas por ele trabalhadas. Apenas no ano seguinte, 1889, uma mulher se gradua advogada em Recife e exerce sua profissão, Maria Augusta Meira de Vasconcelos, que lutou durante meses contra o preconceito social para que isso acontecesse. Lutou a favor do sufrágio feminino e chegou a se candidatar para Deputada, obviamente, seu pedido de candidatura foi negado pelo governo.

O atraso brasileiro no que diz respeito à colocação social da mulher é narrado em várias passagens do jornal *A Família*, com o intuito de provar para toda nação de que a desigualdade entre gêneros não pode mais ser levada adiante:

Ainda que países de adiantada civilização como a Inglaterra e outros, sejam de opinião geral que as faculdades

intelectuais, todas as aptidões da mulher são das mais próprias para desempenhar os árduos trabalhos de oficina nas grandes administrações, sendo também capaz de elevar-se pelo pensamento ao nível do homem; nada há porém mais difícil do que destruir-se a barreira tenaz dos preconceitos estolidos, das convenções errôneas da sociedade; que levanta-se sempre com todas as suas resistências, para o retardamento de qualquer ideia civilizadora de grande alcance social. (*A Família*: 22/12/1888)

Os principais pontos de referência de Josephina Álvares de Azevedo e suas colaboradoras são a Inglaterra, a França e os EUA. Estes países se constituíram como focos irradiadores do feminismo e a mulher já havia conseguido ganhar seu espaço dentro da academia, das repartições públicas, da medicina e diversas outras áreas. *A Família* e tantos outros jornais da época traziam desses países exemplos que deveriam ser implantados no Brasil, tanto através de exemplos práticos do cotidiano quanto personalidades de mulheres à frente de seu tempo. Nas páginas do jornal de Josephina Álvares de Azevedo desfilavam nomes como o de George Sand, Madame de Staël, Nathalie de Lajolais e Marquesa de Alorna. Os escritos e a vida destas mulheres transgressoras serviam como forma de endossar os artigos das colaboradoras brasileiras, afirmando que a mulher é capaz de se tornar dona de seu próprio destino.

Em relação a exemplos mais cotidianos da emancipação da mulher vemos grandes contrastes entre o Brasil e as nações irradiadoras do feminismo. Enquanto aqui, no ano de 1888, surgem nossas primeiras advogadas, sem terem chances de exercer dignamente sua profissão, nos Estados Unidos e Inglaterra o acesso a educação já era igualitário e várias mulheres freqüentavam universidades como a de Cornell e ao graduarem-se podiam exercer sua profissão. Alguns países, como a Inglaterra, já acreditavam suficientemente na capacidade da mulher a ponto de permitir sua entrada nas repartições públicas, como nos relatou a colaboradora de *A Família*, Maria Amália:

Foi em 1870 que o governo inglês pôs em prática a ideia de utilizar os serviços da mulher nas repartições do estado e ordenou que se fizesse o primeiro ensaio nesse sentido. 700 moças foram empregadas nas repartições do correio quando

se estabeleceu o serviço telegráfico, e desde então tem continuado a desempenhar admiravelmente a manipulação dos aparelhos elétricos e o serviço geral das repartições. (...) O satisfatório êxito obtido pela prática nas repartições do correio, com o emprego da mulher no desempenho da mulher nos diferentes cargos fez com que se utilizassem os seus serviços em outros ramos de administração pública, o induziu muitos estabelecimentos comerciais a seguir este exemplo. (*A Família*: 8/12/1888).

O atraso brasileiro é considerável. Enquanto que no ano de 1870 as mulheres inglesas eram preparadas o suficiente para atuarem em diversos setores da economia, no Brasil a primeira instituição de ensino superior feminino só é fundada em 1879, com um número reduzido de vagas, e alguns anos depois tiveram acesso as mesmas universidades que os homens. Deve-se lembrar que, a grande maioria destas universitárias não conseguiu exercer sua profissão, a exemplo das advogadas pernambucas citadas anteriormente. O principal motivo para isto partia dos homens da elite que não queriam ver suas mulheres saindo de casa para trabalhar. Eles acreditavam que se alguma mulher tivesse que ajudar no sustento da casa, que fossem proveniente das classes inferiores. As mulheres da elite deveriam apenas ficar em casa e supervisionar os serviços das mulheres pobres, quando estas trabalhassem como doméstica. Diante dos custos do ensino no Brasil, as mulheres das classes mais baixas só poderiam mesmo atuar nestes campos profissionais: domésticas, costureiras, doceiras, que não representavam nenhum risco para a ordem patriarcal que ainda predominava na época.

Minar esta barreira imposta pelos homens, e também por mulheres que não aprovavam a emancipação feminina, foi uma tarefa lenta e que teve suas principais representantes no campo da saúde, por ser a área mais preconceituosa. Durante a Guerra do Paraguai várias mulheres atuaram como enfermeiras, mesmo não tendo seu trabalho reconhecido, e posteriormente surgiram as primeiras médicas no Brasil. Estas profissionais sofreram os mais diversos tipos de preconceito, não contando nem com o apoio da classe feminina, que não sentia nelas confiança pelo simples fato de não serem homens. Apenas as feministas apoiavam o exercício da medicina por mulheres. Elas acreditavam que uma mulher teria mais liberdade e menos pudor de

contar seus males e mostrar seu corpo para uma médica, assim todas teriam a oportunidade de se tratar:

Asseveravam que médicas gentis inspirariam a necessária confiança nas pacientes, que, no Brasil, com freqüência relutavam em revelar suas doenças aos médicos. Os médicos deveriam curar homens e mulheres; as médicas, mulheres – isto elas exigiam em nome da moralidade e das “leis da igualdade”. Esperavam que outras brasileiras tomassem seu exemplo, que caminhassem “pressurosas em demanda da instrução superior” e esperavam ser seguidas por uma “legião” de doutoras no Brasil. (HAHNER, 1981:70).

Além dos benefícios para a sociedade em si, a conquista feminina do mercado de trabalho iria se refletir financeiramente no lar. Defendia Josephina e suas companheiras de luta que, ao ter duas rendas sustentando o lar, o homem poderia contar com os recursos de sua companheira e não se ver obrigado a recorrer, por exemplo, a agiotagem:

Ditoso o homem que possui uma companheira assim! Não terá necessidade de riquezas estranhas: *spoliis non indigebil.* (...) Poderia dizer-se ainda tomando as expressões em outro sentido, que o marido não terá necessidade de riquezas estranhas, porque a mulher, como mais tarde a explicaremos, se tornará pelos cuidados e atenção, a sua previdência e a sua economia, uma fonte de riquezas no santuário da família. (A Família: 16/02/1889)

Aqui fica bem claro um dos maiores princípios da Primeira Onda do movimento feminista, homens e mulheres como parceiros que caminham lado a lado. Para que isto acontecesse seria necessário uma alteração na identidade masculina também, fazendo com que os homens passassem a notar a mulher como alguém capaz de ajudá-los e compartilhar todos os aspectos da vida conjugal. Olive Schreiner (1911) deixa isto claro em diversas passagens do seu livro *Women and Labour*, ao afirmar que homens e mulheres não devem ser considerados como pessoas que seguem duas estradas diferentes, mas como duas pessoas que começam juntas uma escalada que os levarão ao topo da montanha. Visto por este ângulo, a emancipação da mulher seria, como o jornal *A Família* afirmou diversas vezes, um passo a mais para o processo evolutivo da sociedade. A mulher instruída seria uma aliada mais

preparada do homem, porque a instrução e o trabalho as tornariam menos fúteis, quebrando assim, com mais um dos mitos patriarcais que rodeavam a imagem da mulher:

Trabalhar é ser útil, é ocupar o seu espírito, é adquirir conhecimentos ou espalhá-los em torno de si, é concorrer para o bem-estar dos outros e para o seu aperfeiçoamento próprio. (...) O tempo que passamos no barulho vazio das festas mundanas, colhendo decepções e rancores, excitando invejas, provocando sensuais aplausos, porque o não gastamos a ler, a estudar, a penetrar no mundo da natureza e no mundo da ciência em todos os seus aspectos tão vários (...). O primeiro passo para que este deplorável estado de coisas melhore um pouco, é que as mulheres comecem a trabalhar, ajudem seu marido sem se envergonharem da sua honesta pobreza, e todas sem excetuar qualquer posição social, ocupem o tempo para não darem lugar às tentações da vaidade, aos sonhos mórbidos que enfraquecem o corpo e o espírito, às negras horas dissolventes do tédio. (A Família, 02/03/1889)

O trecho acima transcrito foi tirado da coluna *O Trabalho das Mulheres*, no qual Maria Vaz de Carvalho, uma das colaboradas mais assíduas do jornal, tenta provar para as mulheres que o trabalho as dignificaria. O parasitismo feminino era uma das grandes preocupações da primeira onda e foi um dos principais temas do livro *Woman and Labour*, de Olive Schreiner. Mudanças sociais estavam acontecendo e lentamente as mulheres ganhavam espaço no mercado de trabalho e no mundo intelectual. No entanto, muitas ainda olhavam com indiferença ou medo para estas mudanças e preferiam continuar seguindo o modelo de vida tradicional feminino. A principal crítica das primeiras feministas era em relação as mulheres que consumiam suas vidas esperando o dia em que saíam dos domínios paternos para construir uma relação passiva com seu novo senhor. Ao lado do marido construía para si uma vida alienada, encerrada no ambiente doméstico. A modernidade e o feminismo exigiam uma nova postura da mulher. O mercado de trabalho já havia começado a ser conquistado, a educação feminina estava sendo quase igual à masculina e o espaço público não era mais um local muito proibido. Não havia mais motivos para tanto homens quanto mulher propagarem o preconceito de gênero. As mudanças já estavam se efetuando, apesar de ainda existir muita

coisa a ser feita. Uma destas alterações estaria ligada à questão do sufrágio, tema que mais instigou Josephina Álvares de Azevedo.

2.4 Pelo direito de votarmos e sermos eleitas

No dia 15 de novembro do ano de 1889, vários grupos de mulheres saíram às ruas do país para lutar a favor da Proclamação da República. No jornal de Josephina Álvares de Azevedo, encontramos trechos do *Diário de Sorocaba* que retratam a participação feminina no movimento:

Não só em Minas, como em toda a parte, fundaram-se clubs de senhoras, que tinham por fim fazer triunfar a causa nacional, interpretada pelos espíritos patriotas, dos sentimentos, das queixas e humilhações do povo brasileiro. Aqui, no dia da proclamação do advento da República Brasileira foi notória e sinceramente louvada a presença das exmas. sras. que sancionaram com as suas assinaturas o fato que para alguns espíritos “fortes” não passava ainda de “horrenda” surpresa, ou de um “pesadelo dos piores”. (*Diário de Sorocaba*, sem data⁸)

Em meio a estas celebrações por uma nova fase que se iniciava na história do Brasil, estas mulheres acreditavam que seriam tratadas de maneira igual aos homens, tendo inclusive direito ao voto. Este fato já é relatado meses antes da proclamação, quando os rumores de uma possível mudança no sistema político do país já haviam despertado a esperança de algumas feministas, como Josephina Álvares de Azevedo:

É chegado o momento de mostrarem as nossas patrícias a sua importância na sociedade. (...) O direito de voto das mulheres é uma necessidade latente, de que há muito recente se não só o nosso, como muitos outros países. (A Família, 06/07/1889)

Circulava pelo país que os republicanos iriam instaurar dentro do território nacional a liberdade religiosa, autonomia das províncias, liberdade de ensino e seu aprimoramento, além de liberdade de voto. Para as feministas

⁸ Apud A Família, 14/12/1889.

estas propostas eram um sinal de que o progresso estaria chegando ao Brasil, facilitando assim as suas reivindicações. As propostas republicanas foram interpretadas pelas feministas como o início de um sistema educacional igualitário e digno para as mulheres, além do reconhecimento da mulher como cidadã com direitos iguais aos homens. Os rumores republicanos também alteraram a opinião de muitas feministas que durante anos se opuseram a entrada da mulher na vida política e militar. Feministas como Violante Ximenes de Bivar e Vellasco, por exemplo, eram terminantemente contra as aspirações femininas de uma vida política. Para ela a conquista deste espaço social iria trazer sentimentos perniciosos para a mulher, desvirtuando-a. Já Francisca Senhorinha, durante muito tempo, preferiu não tocar no tema sufrágio em seu jornal porque achava uma luta desnecessária. Se no Brasil poucos homens tinham direito de votar, então como vislumbrar o direito feminino ao voto? Mas com a publicação das propostas republicanas, estas feministas passam a acreditar numa possível participação feminina na vida política:

O fermento da agitação republicana dos fins da década de 1880 não apenas fortaleceu o desejo feminista por direitos políticos como também deu às mulheres argumentos adicionais em favor do sufrágio e oportunidades de procurar o voto. A proclamação da república, em 15 de novembro de 1889, ofereceu inicialmente a possibilidade de uma estrutura política mais fluída e aberta. Com a extensão do voto, em teoria, a todos os homens alfabetizados, a questão do sufrágio pôde tornar-se um tópico mais vital para as feministas cultas que experimentavam um sentimento de frustração e privação política. (HAHNER, 1980: 80)

Começam, assim, as mulheres a partirem logo em busca de seu título de eleitor. A gaúcha Isabel de Sousa Matos requereu seu título e teve o pedido aprovado na sua cidade natal, mas recusado no Rio de Janeiro. Josephina Álvares de Azevedo, em edição publicada em 14/12/1889, narra o fato de algumas mulheres terem o seu pedido de votar proibido na província de Minas Gerais. Inicia-se, desta forma, um dos primeiros problemas da nossa recém criada república. No ano de 1891, políticos se reúnem para discutir o voto feminino na Constituinte Republicana. As opiniões se dividiam, tendo como defensores da causa Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca e Epitácio Pessoa.

Depois de várias discussões, é redigido o artigo 70 da Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, que dizia:

São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei.

1º Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais, ou para as dos Estados:

- 1) Os Mendigos
- 2) Os analfabetos
- 3) As praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;
- 4) Os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regras, ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual

2º São inelegíveis os cidadãos não alistáveis. ⁹

Ao lerem o artigo 27 da Constituição, as feministas interpretaram que as mulheres instruídas teriam direito de votar e serem votadas. É diante deste artigo redigido pelos republicanos que algumas mulheres tentam se candidatar para cargos políticos e vêm seu pedido negado. O título de eleitor também continua sendo algo vedado para as mulheres. Diante da situação que permanecia igual ao período monárquico e se apresentava contraditório com o artigo redigido pelos republicanos para a Constituição, as feministas se reúnem para reivindicar seus direitos. Se a mulher não aparece na listagem dos membros da sociedade que não podem votar, então por que seu direito permanece vedado?

De acordo com Pinto (2003), a ausência das mulheres no texto da Constituição não foi um esquecimento ou uma falha qualquer dos políticos, mas sim porque estes simplesmente não consideraram as mulheres como parte do substantivo “cidadãos”. Para a grande maioria dos republicanos, a palavra cidadão designava apenas elementos masculinos com mais de 21 anos. Quando as feministas começam a questionar o texto da Constituição, afirmando que a mulher emancipada pela inteligência é tão capaz de votar quanto um homem. Em resposta a tal argumento Marquez de S. Vicente na Relação de Ouro Preto afirma:

⁹ Apud PINTO, 2003:16.

Considerando que, conquanto pareça à primeira vista, que todos devem ter o voto ativo, a faculdade eleitoral, o direito de intervir no exercício dos poderes delegados, a razão e o interesse público não podem deixar de necessariamente admitir as incapacidades resultantes do sexo, da menoridade, da demência e das ausências das habilitações que convertessem o voto em perigo social.¹⁰

Mais adiante no texto, Marquez S. Vicente afirma que liberar o voto para a mulher é uma atitude irresponsável e sem sentido, pois daria a estas o direito de exercerem qualquer cargo político. Ora, para muitos republicanos a mulher ainda visualidade com todos os preconceitos que a revestiram durante séculos. A mulher era um ser emocionalmente frágil e instável, cuja única aptidão era o zelo do lar. Este era o argumento principal dos republicanos, o sexo. Para eles, o sexo determinaria geneticamente a natureza de todas as mulheres. Não importaria se a mulher estudou, graduou-se em algum curso de nível superior, ela seria sempre uma mulher, ser destino a ser mãe e esposas. A contradição do argumento masculino se encontra no que toca o caráter instável feminino, pois este traço natural da personalidade some no espaço privado, já que para os homens, a mulher seria a responsável pela harmonia do lar, que já lhe ocuparia muito tempo e lhe daria o título de rainha. Os positivistas da república brasileira afirmavam que a mulher deveria ser venerada como a guardiã do lar e quando instruídas, se deveria direcionar os conhecimentos eruditos para ampliar seu grau de moralidade. Em relação a estes preconceitos, Josephina Álvares de Azevedo levanta a voz em seu jornal, em artigo intitulado *O Direito do voto*:

Por que? Seremos por ventura na ordem dos fenômenos humanos uns monstros de natureza a não podermos utilizar a supremacia das nossas faculdades morais? (...) Se pelos atributos que, de há tempos, se tem reconhecido na mulher, hoje já podemos adquirir uns tantos foros sociais, exercer determinadas funções na vida exterior, claro está que as nossas aptidões não podem ser delimitadas pelos preconceitos de sexo, principalmente, nos casos com que tenhamos de afirmar a nossa soberania pelo direito do voto. O direito de votar não pode, não deve, não é justo que tenha outra restrição além da emancipação intelectual (...) Ainda mesmo (o que não admito) que não tenhamos o direito de ser votadas, devemos possuir o de voto, isto é, o de livre e

¹⁰

Apud A Família, 14/12/1889.

conscienzosa escolha d'aqueles que sejam chamados a reger os destinos da sociedade em que vivemos (...) (A Família:07/12/1889).

A luta de Josephina Álvares de Azevedo e outras feministas pelo fim do preconceito que vedava o sufrágio feminino ganhou adeptos entre os republicanos como Lopes Trovão. Considerado um político radical, Lopes Trovão afirmava que o artigo 27 da Constituição não excluía as mulheres e que estas, quando alfabetizadas e bem instruídas seriam tão capazes quanto um homem para escolher o dirigente da nação. O direito feminino ao voto só iria começar a acontecer no ano de 1928, na cidade de Mossoró no Rio Grande do Norte. O então presidente do estado, Juvenal Lamartine, conseguiu aprovar um projeto que dava acesso feminino ao voto. A primeira mulher brasileira a ter o título de eleitora foi a professora Celina Guimarães Viana. A partir daí iniciou-se na cidade uma corrida entre as mulheres para que todas pudessem também tirar o seu título. O exemplo de Mossoró despertou o interesse e endossou a luta pelo sufrágio feminino em mais nove estados do Brasil. Começa-se a ter os primeiros resultados de uma luta que se iniciou no final do século XIX. No ano de 1932, o presidente Getúlio Vargas elimina na Constituição brasileira qualquer elemento que impossibilitasse a mulher a votar, ampliando o direito de voto a toda mulher alfabetizada do território nacional.

PARNASO FEMENINO

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?

Walter Benjamin

Ao escrever a passagem acima citada no ano de 1940, Walter Benjamin antecipava um pensamento crítico-filosófico que só iria ganhar força na década de 1970, com os pós-estruturalistas. Jacques Derrida, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Julia Kristeva, entre outros, começam pesquisas que irão ajudar no questionamento da versão oficial da história e a formação do cânone literário. Estes foram apenas um dos aspectos da corrente crítica pós-estruturalista, que deu início ao que conhecemos por *desconstrução*. Intrigado com o sentido que os estruturalistas deram para as oposições binárias, Jacques Derrida, em *Gramatologia*, dá início a uma nova forma de analisar estas oposições. Para ele não iremos nos livrar desta maneira de pensar binariamente, já que estamos historicamente impregnados dela. Para Derrida, estas oposições seriam produtos de significações e estas poderiam ser desconstruídas, quando olhadas mais de perto. O que devemos fazer é procurar o que está entre estas oposições, o que as sustenta e assim tenta enfraquecê-las.

Um das oposições binárias mais importantes da história da humanidade, apontada por Jacques Derrida, seria homem-mulher. Em uma sociedade patriarcal, o homem seria o centro desta oposição e o elemento que iria definir a mulher. Derrida sugere uma nova maneira de repensar estas fronteiras, antes fixadas rigidamente pelos estruturalistas. Esta nova maneira de marcar fronteiras é nitidamente uma maneira de nos afastarmos do centro, fazendo com que ele perca parte de sua importância e ceda espaço para as margens.

Dentro da literatura, estudos como estes passam a exigir uma reformulação do cânone, exigindo-se o resgate de autores do passado, cuja obra tenha valor estético, mas que foram negligenciados por não atenderem as exigências do centro. O ramo da crítica feminista que trabalha na recuperação

destas mulheres atende as exigências de Michel Foucault para uma desconstrução dos discursos da história literária:

_Principe de discontinuité: ao invés de procurar a continuidade, procurar a descontinuidade e as contradições do discurso;

_Principe de renversement: os elementos e idéias considerados até hoje como positivos devem ser encarados como negativos, visto que muitas obras de qualidade foram excluídas do cânone literário por conta de um princípio que exclui idéias que não se adequavam aos padrões estabelecidos;

_Principe de spécificité: como uma ideologia específica foi propagada nas obras de um dado período?

_Principe de l'extériorité: no lugar de simplesmente glorificar autores deve-se levar em consideração as condições e as circunstâncias externas, as estruturas sociais, culturais e ideológicas que permitiram que discursos específicos se impusessem e obscurassem outros discursos.

Para Michel Foucault devemos procurar as descontinuidades e contradições dos discursos. Muitas idéias e elementos que foram (ou ainda são) encarados como negativos podem sofrer um processo de reversão, que lhes darão um valor positivo.

O fato de haver sistemas de rarefação não quer dizer que por baixo deles e para além deles reine um grande discurso ilimitado, contínuo e silencioso que fosse por eles reprimido e recalado e que nós tivéssemos por missão descobrir restituindo-lhe, enfim, a palavra. (FOUCAULT, 2005: 52)

Está missão de restituir a palavra é abraçada pela crítica feminista que ganha força na década de 1970, notoriamente nos países anglo-saxões e na França. Dos países anglo-saxões nos vem a corrente de estudos que denunciava o modo como a imagem feminina era representada na tradição literária, expondo desta forma, a ideologia patriarcal que determina a construção do cânone literário através da idéia de um falso universalismo, além de firmar um compromisso com a recuperação de trabalhos de mulheres relegados ao ostracismo da história e da literatura. A crítica anglo-saxônica nos

apresenta um panorama embasado em circunstâncias culturais e históricas, fazendo com que seja possível apresentar a mulher em suas diferentes classes, raças, crenças, nacionalidade e opção sexual. Elaine Showalter (1994), afirma que o trabalho que esta corrente crítica propõe divide o papel da mulher em duas categorias: a de leitora e escritora. As escritoras fariam o que Showalter define de ginocrítica, construindo personagens femininas e narrativas que difeririam dos destinos outrora vigentes para as mulheres no cenário literário. Através de uma ideologia emancipatória as escritoras teriam a opção de denunciar a submissão feminina, ficcionalizando o contexto histórico e cultural no qual suas personagens estariam inseridas. Já o papel das leitoras estaria focalizado numa tarefa revisionista, que daria outras interpretações a figura feminina desenhada ao longo dos séculos e ao valor literário das obras escritas por mulheres, o resgate de obras literárias aqui é fundamental. Reformular a historiografia literária seria, então, não negligenciar o centro, as obras que compõem o cânone, mas ampliar o conceito de literatura e inserir autores marginalizados.

No Brasil a historiografia feminista ganha força a partir da década de 1990, com o surgimento da ANPOLL e o GT Mulher na Literatura. Muitas escritoras brasileiras começam a ser redescobertas, como Beatriz Brandão, que já escrevia versos brilhantes no período árcade, Francisca Júlia, Auta de Souza, Maria Benedita Bormann, Júlia Lopes, só para citar algumas. As pesquisadoras que trabalham com a formação de uma historiografia literária feminista tem como:

ponto de partida a percepção de que a história literária é um discurso de uma sociedade que se baseia essencialmente na desigualdade entre sexos. Isto resulta no fato de que mudanças nas estruturas sociais ou culturais terão conseqüências diversificadas para homens e mulheres. Por exemplo, certas mudanças culturais consideradas como progresso para todos os seres humanos frequentemente provam ser ganhos para os homens, mas perdas para as mulheres. (LEMAIRE, 1994:67)

Durante vários séculos a mulher se viu podada de seu poder criativo, por conta das regras sociais que designaram o sexo feminino como a parte da humanidade voltada exclusivamente para os sentimentos. Ainda assim

podemos encontrar casos isolados de mulheres que se atreviam a escrever. Mas é apenas no século XVIII que iremos encontrar mulheres, inspiradas por Aphra Behn¹¹, ultrapassando as barreiras impostas pela sociedade, começando a escrever e publicar suas obras, que serão ignoradas pelo público contemporâneo, impregnado pelo patriarcalismo. Virginia Woolf informa que os romances escritos por elas eram de má qualidade. Devemos ressaltar, no entanto, a sua importância tendo em vista que eles serviram para trabalhar o terreno para as escritoras do século seguinte. Falamos aqui das irmãs Brontë, Jane Austen, George Eliot, George Sand. Estas mulheres confinadas no interior de suas casas escreveram bons romances, no século XIX, que relatavam o ambiente familiar e todos os tipos de sentimentos que pairavam nesta atmosfera. Em alguns deles encontramos a ânsia da mulher em transpor os limites de sua casa e ganhar o mundo, como *Jane Eyre*, de Charlotte Brontë.

“Eu ansiava por um poder de visão que ultrapassasse aquele limite, que pudesse alcançar o mundo agitado, cidades, regiões plenas de vida de que eu ouvira falar, mas nunca vira: e então eu aspirava por mais experiência prática do que possuía, mais intercâmbio com gente como eu, mais conhecimento com uma variedade de pessoas do que estavam ao meu alcance”. (Apud WOOLF, 1985)

No Brasil, vamos encontrar por este período, várias mulheres com os meus desejos de Jane Eyre. Apesar de uma educação precária, muitas mulheres ao redor do país começam a publicar seus versos e contos em jornais, de criação e direção feminina, que tinham o objetivo de ampliar o horizonte feminino, que até então se reduzia aos limites da casa:

(...) foi a partir dessa época que um grande número de mulheres começou a escrever e publicar, tanto na Europa quanto nas Américas. Tiveram primeiro de aceder à palavra escrita, difícil numa época em que se valorizava a erudição,

¹¹ Aphra Behn, viúva de classe média que viveu no período que se seguiu a restauração, quando Charles II resolve inovar o teatro inglês dando às mulheres a oportunidade de atuar. Behn não foi atriz, mas escritora. Escreveu sua primeira peça em 1670 e seu foco eram as comédias cujo enredo girava em torno de casamentos forçados. Suas protagonistas eram mulheres fortes e independentes, capazes de tomar suas próprias decisões. Estas personagens sempre iam de encontro com a sociedade machista da Restauração.

mas lhes era negada educação superior, ou mesmo qualquer educação a não ser a das prendas domésticas; tiveram de ler o que sobre elas se escreveu, tanto nos romances quanto nos livros de moral, etiqueta e catecismo. A seguir, de um modo ou de outro, tiveram de rever o que se dizia e rever a própria socialização. (TELLES: 2006, p. 403)

Josephina Álvares de Azevedo teve o cuidado de ceder algumas páginas do seu jornal para a publicação de poemas e contos de autoria feminina. Alguns nomes figuravam assiduamente, tais como os de Júlia Lopes, Presciliana Duarte e Délia. Outros tiveram apenas uma única ocorrência. O teor destes escritos varia muito. Grande parte das escritoras, ou aspirantes a tal, não conseguiram ultrapassar os versos inocentes, graças às condições sócio-culturais nas quais estavam inseridas. Estas escritoras, muitas vezes eram integrantes das classes mais abastadas da sociedade, viviam nos umbrais do lar, olhavam o mundo através das grades dos jardins ou da janela do quarto. Quando ultrapassavam os limites do lar, o faziam acompanhadas por algum familiar ou dama de companhia, a elas carecia todo tipo de vivência para criar versos mais ousados. O corpo é apenas o peito que ama, o coração que palpita, os lábios que desejam um leve beijo, como podemos observar no poema de Adélia Barros, publicado na segunda tiragem do jornal:

Quando a aurora despontando;
Vem seu manto desdobrando,
Da mais bela e pura cor,
Já meu peito tão sentido
Recorda um nome querido...
E os lábios dizem – amor.

Quando os pássaros trinando,
As flores todas se beijando,
Vem logo o dia saudar.
Já teu nome tão singelo,
- Que para mim é tão belo –
Há muito quis soletrar!

Quando a rosa perfumada
De orvalhos toda banhada,
Deixa perfumes fugir,
Já em seu cálice cheiroso
Nesse calix tão mimoso
Vou teu nome proferir.

Mas, se borboleta formosa

Vejo chegar a tal rosa
 E longos beijos lhe dar;
 Já meu peito com ciúmes
 Canta os mais tristes queixumes
 Por teu nome, ela beijar.

Em tudo leio teu nome
 Que nem a ausência consome,
 O' minha adorada flor!
 Quer nas flores mais formosa,
 Ou nas violetas mimosas
 - Eu vejo-te, ó meu amor!

(*Teu nome*, in *A Família*, ano I, nº 2)

Desprovidas de uma vida atuante no espaço público e educadas para serem boas esposas, mulheres como o *eu-lírico* dos versos de Adélia Barros acreditavam terem nascido apenas para amar. No volume I de *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir nos fala sobre o espaço e o significado que o amor ocupada na vida de homens e mulheres:

A palavra «amor» não tem, em absoluto, o mesmo sentido para um e outro de ambos os sexos, e isso constitui uma fonte dos graves mal entendidos que os separam. Byron disse, justamente, que o amor não é na vida do homem mais que uma ocupação, enquanto que para a mulher é a vida mesmo. (BEAUVOIR: 1967, p. 366)

Amar é o centro da existência, é o verbo que ocupa a vida desde o momento que a aurora desponta. Este é o único tema do poema, tecido com metáforas já consagradas em lugar-comum e rimas óbvias. Poemas como este agradavam o público feminino e, especialmente, o masculino, que esperava ler poemas desprovidos de racionalidade. Os leitores da época quando se predispunham a ver suas mulheres escrevendo versos, queriam algo natural, simples, delicado e ingênuo com a alma feminina, por eles idealizada. Embora o jornal *A Família* tenha sido considerado o mais feminista da época, versos como os acima transcritos que revelam uma natureza nascida apenas para amar eram permitidos por conta do que representava o exercício da escrita para as mulheres:

As atividades literárias por serem praticadas dentro do lar, representavam um escape usado pelas mulheres da classe superior, tanto enquanto escritoras, como leitoras, isto em relação aos jornais declaradamente feministas e não feministas. Algumas escritoras desafiaram o preconceito de escrever para a imprensa comum. Aos homens, esta atividade não chegava a incomodar e para as mulheres, transformou-se em manifestação de aptidões intelectuais, além de uma relativa emancipação feminina. Ainda assim, a imagem feminina diante da sociedade permanecia imaculada, perdurava nas cabeças masculinas a imagem da mulher como ser delicado e gentil, sobretudo. (DUTRA, 2005: p.161,162)

O jornal de Josephina Álvares de Azevedo era conhecido por abrir suas páginas para todos os tipos de opinião, aqui incluindo as ideais contrárias as suas. A opinião de Adélia Barros, de fato, não era compatível com a de Josephina, que em artigo do dia 28/02/1891, afirma considerar tolas mulheres com aura de bibelot, repleta de sonhos pueris. A mulher pode ir mais além de uma vida extasiante de beijos e carícias, o amor não é, para todas, o centro de suas vidas. Poemas como os de Adélia Barros, que representavam a mulher Idea, eram publicados porque a diretora do jornal achava importante ceder espaço à mulheres para estimular entre elas o exercício da escrita. Os poemas delicados de Adélia Barros, e outras que compartilhavam dos mesmos anseios, eram publicados ao lado de versos que mostravam outra maneira de encarar o mundo e suas relações sociais, como é o caso de *Capricho*:

Tens razão! Do seio opresso,
 Ermo de risos e flores,
 Hei de arrancar os fulgores
 Que ali deixou teu olhar.
 Hei de esmagar, uma a uma,
 As ilusões cor de rosa.

Tens razão! Hás de julgar-me
 Descrente, orgulhosa e fria,
 Gelada estátua sombria
 Que a luz do sol não dourou.
 Hei de fingir-me indiferente!
 Dizer-te a aridez imensa
 D'um seio onde a luz da crença
 Se extinguiu...se dissipou!

E quando tu, comovido,
 Vieres contar-me sorrindo,

Que é imenso, extremo, inflado,
 O afeto que te une a mim
 Quando vieres revelar-me
 Teus projetos de ventura,
 Os teus sonhos de loucura,
 Teus devaneios seu fim...

Hei de mostrar-te a ironia
 No riso acerbo e pungente!
 No gesto o sarcasmo ardente!
 Atroz cinismo no olhar!
 Dizer-te que feneceram
 As minhas crenças mais queridas,
 Como essas folhas caídas
 Que o vento leva ao passar.

O poema acima transcrito foi publicado na primeira edição do jornal *A Família* e é de autoria da pernambucana Anna Alexandrina Cavalcanti D'Albuquerque. Nascida no ano de 1860, no engenho Tamataúpe, em Nazaré da Mata, Anna Alexandrina é considerada uma das primeiras escritoras de destaque do estado de Pernambuco. Integrante da aristocracia canavieira, a escritora viveu a decadência da cana-de-açúcar e a conseqüente falência das famílias que comandavam a região. O Engenho Tamataúpe também não resistiu a crise econômica da época e a família Cavalcanti Albuquerque mudou-se para a cidade do Recife. Dotada de uma educação rudimentar e rígida, como de quase todas as mulheres da época, Anna Alexandrina escreve seu primeiro poemas aos quinze anos de idade. Os poemas da pernambucana oscilam entre os desejos da mulher idealizada pelo mundo patriarcal e o de uma mulher já, de certa forma, liberta desta imagem. *Capricho* é um poema que salta aos olhos do leitor, pelo fato de nos seus versos haver uma mudança dos papéis dentro de uma relação amorosa. Magoada, por algum motivo, o *eu-lírico* feminino resolve assumir para si uma posição fria e distante, relegando ao homem todas as atitudes esperadas para uma mulher. É ele e não ela quem tem sonhos de loucura, que suspira e idealiza um futuro de venturas amorosas. A mulher apresenta-se como um ser capaz de sofrer decepções e não querer mais levar adiante uma relação feita por sentimentos frustrados abafados pelas conveniências sociais. Os versos de Anna Alexandrina, ao contrário dos escritos por Adélia Barros, mostram para as leitoras a opção de seguir adiante.

Ao longo do jornal *A Família*, encontramos várias escritoras que endossam as palavras de Anna Alexandrina, e são estas as mulheres que queremos destacar nesta pesquisa. O número é grande, mas nem todas merecem um estudo maior por conta da fraqueza da qualidade estética. Entre as escritoras dotadas de um posicionamento emancipatório para a época e de habilidade literária, quem mais se destacaram no jornal foram: Júlia Lopes e Délia. Aqui iremos dar uma visão geral da obra das duas escritoras e analisar o conto que mais se destacou, entre os publicados pelo jornal. Vale ressaltar que poucos contos eram publicados, abundando poemas. O fato é explicado porque a poesia era vista como um estilo mais propício para temas subjetivos, fato que hoje é visivelmente contestado, além do fato de que a prosa exigiria mais tempo e fôlego das escritoras para manterem a qualidade da construção narrativa.

3.1 Júlia Lopes de Almeida

Filha de portugueses ricos e radicados no Brasil, Júlia Lopes nasceu no dia 24 de setembro de 1862, na cidade do Rio de Janeiro. A sua estréia do mundo das letras se deu sem que Júlia Lopes a procurasse. A pedido do seu pai, escreve um artigo para um jornal de Campinas, cidade onde a família morou durante muito tempo. A desculpa que o pai deu foi a falta de tempo. Assim, a menina de dezenove anos, escreve o artigo e ali descobre um talento até então desconhecido. No ano de 1887, casa-se com o escritor português Felinto de Almeida, que é dono da revista carioca *A Semana*. Júlia Lopes tem as páginas desta revista abertas para ela e passa a escrever assiduamente, daí passa a ser convidada para colaborar com vários jornais da época, entre eles *A Família*.

Sua obra literária é vasta e foi criada até a década de 1930, constando de romances, contos, poesia, teatro, crônicas e literatura infantil. Embora vivesse em uma época inóspita a atividade literária feminina, Júlia Lopes alcançou prestígio e teve seu talento reconhecido por críticos como José Veríssimo, apesar de este acreditar que a autora escrevia bem porque era

dotada de virilidade, uma característica masculina¹². A obra de Júlia Lopes oscila entre a mulher submissa, a mulher que tenta se emancipar, mas percebe que este não é o melhor caminho e a mulher que critica o relacionamento entre os gêneros. Na edição de *A Família*, publicada no dia 01/02/1889, encontramos o conto *O Remorso da viscondessa*, que trata de assuntos como casamento e instrução feminina. Dentre os escritos de Júlia Lopes para este jornal, *O Remorso da viscondessa* é o que merece um maior destaque.

O conto inicia-se com uma conversa entre a viscondessa Matilde e sua amiga Eugênia, acerca da instrução das filhas. A viscondessa, quando interrogada acerca das opções que dará para a filha, uma instrutora estrangeira ou matrícula em um colégio, mostra-se inteiramente contra a formação intelectual feminina. Matilde é a personificação do pensamento que acredita ser a instrução um meio de atrapalhar a vida da mulher, de ser ridicularizada, utilizando-se para isto da expressão pejorativa *bas bleu* como forma de designar as escritoras da época. Para a viscondessa, uma mulher instruída fecharia as portas para o casamento, único destino feminino. O casamento ideal seria por conveniência, já que o amor aprisiona a mulher, tornando-a escrava do marido. Eugênia é completamente contra a opinião da amiga e afirma que sua filha Amélia irá estudar e ter uma profissão. Os anos passam, Eugênia morre e sua filha fica sozinha, mas não desamparada. O seu diploma de normalista a ajudará a sobreviver dignamente. Enquanto isto, Judith, filha da viscondessa, se casa e é infeliz. Caprichosa e consumista, o marido de Judith a abandona sob a acusação de ter tido sua fortuna dilapidada em vestidos e jóias. Desesperada, a filha volta ao lar materno sem ter nenhuma expectativa do que fazer com a sua vida. A viscondessa Matilde, por sua vez, relembra as palavras da amiga falecida e pede perdão a filha por não ter proporcionado a esta acesso ao mundo da educação.

O Remorso da viscondessa ilustra um tema frequentemente abordados por Júlia Lopes nos seus romances, a mulher sozinha. Que destino teria uma mulher abandonada pelo marido, viúva ou órfã? Uma mulher conseguiria ser dona de seu destino estando sozinha, com ou sem instrução? Esta temática está presente em romances como *Memórias de Martha* e *A Viúva Simões*

¹² Apud SOIHET: 2006, 214.

(1895), que são abordados de diversas maneiras. Martha, moça pobre, que prefere dedicar-se aos estudos de que entregar-se a um casamento com forma de sobrevivência, lembra-nos Amélia, do conto aqui citado. Em ambos os casos a instrução e profissionalização feminina é vista como única maneira digna encontrada pela autora para que as mulheres possam levar suas vidas adiante. Nestes momentos, Júlia Lopes endossa a luta feminista pela emancipação da mulher e condena ao remorso ou a loucura suas personagens construídas para representar a ideologia patriarcal. No caso da viscondessa sua condenação foi morrer levando consigo o remorso de não ter preparado sua filha para que esta pudesse dirigir seu próprio destino. Mas podemos enxergar, no entanto, que a emancipação intelectual e financeira feminina não é o suficiente para que estas se tornem donas de seu destino. Em *A Viúva Simões* e *Memórias de Martha*, por exemplo, podemos notar claramente tal fato. A protagonista da história, depois de ficar viúva passa a ter total autonomia sobre a família e os negócios, mas não pode ceder aos apelos sensuais por ser obrigada a ser fiel à memória do marido. Já Martha, cede ao casamento por reconhecer a necessidade de um marido para ampará-la, já que a mulher, mesmo sendo financeiramente estável, irá precisar desta presença masculina em vários momentos da sua vida. Não sabemos se Amélia, personagem do conto *O Remorso da viscondessa* teria o mesmo fim que as outras heroínas de Júlia Lopes. Talvez sim, mas o fato não é condenável.

Simone de Beauvoir, ao publicar *O Segundo Sexo*, no ano de 1949, afirma em suas páginas que a estrutura social, com a emancipação da mulher, não foi modificada de maneira profunda. A sociedade ainda carregava no final da década 1940 muitos ranços do pensamento patriarcal, criado e dominado pelos homens. Libertar-se economicamente não significava atingir o mesmo status moral, social e psicológico masculino. Isto acontece porque a mulher ainda passava por processo de formação diferente do homem. Vinda de um universo diferente do masculino, a mulher não sentia-se confortável o suficiente para permitir-se a liberdade em todos os setores de sua vida. Desta forma, o salário feminino era apenas um complemento da renda. Se no final da década de 1940, o pensamento de grande parte das mulheres ainda estava impregnado da necessidade da figura masculina para ampará-la, de atitudes que podavam sua própria liberdade por receio de ver sua imagem mácula, é

fácil de entender o motivo pelo qual as heroínas de Júlia Lopes cediam ao peso da sociedade. Os primeiros romances e contos de Júlia Lopes foram escritos no alvorecer do feminismo no Brasil, momento no qual as próprias feministas encaravam a emancipação financeira da mulher como uma forma de complementar as despesas do lar. A obra de Júlia Lopes se configura importante para a história da literatura de autoria feminina por sua habilidade narrativa e erudição, em uma época onde a educação era rudimentar, além de conseguir visualizar um novo destino para a mulher, mesmo que este ainda se apresentasse de maneira limitada.

3.2 Maria Benedita Bormann

Maria Benedita Câmara Bormann nasceu na cidade de Porto Alegre no dia 25 de novembro de 1853, numa abastada família da região. Aos dez anos de idade, Maria Benedita muda-se com seus pais e irmãos para a cidade do Rio de Janeiro, local onde a autora irá viver até a sua morte, em 15 de maio de 1896. Sua incursão pela literatura deu-se através das páginas do jornal *O Sorriso*, quando publica Madalena. A partir de então seu nome se faz constante em jornais tanto femininos quanto “masculinos”. Trabalhou ao lado de personagens importantes da época como Quintino Bocaiúva e Aluizio de Azevedo, dividindo com estes, espaço em várias redações jornalísticas. Foi colaboradora assídua de periódicos como *Cruzeiro*, *Gazeta da Tarde*, *Gazeta de Notícias*, *O País* e durante o ano de 1889, de *A Família*.

Maria Benedita Bormann conseguiu o respeito de seus contemporâneos, embora escrevesse de maneira muito transgressora para a época. Seus livros falam sobre divórcio, liberdade financeira e sexual feminina. A transgressão já se inicia pela escolha de seu pseudônimo, Délia. Norma Telles (1998) afirma que para a escolha deste pseudônimo existem duas explicações plausíveis. A primeira delas está vinculada ao momento político nacional de promover a proclamação da República. Por este período, os intelectuais adotaram para si nomes romanos como forma de indicar seu posicionamento contra o regime monárquico. Em sua busca por um

pseudônimo romano, Maria Benedita Bormann se deparou com o poeta Tibulo dedicando versos a sua amada Délia. Através de Délia, o poeta romano tencionou homenagear a poeta Safo. Outra não poderia ser a escolha de Maria Benedita Bormann. Escolhendo o pseudônimo de Délia, a escritora gaúcha também homenageava indiretamente Safo, personagem da Antiguidade que mais se adequa aos propósitos feministas nascente no Brasil. Nascida por volta de 640 a.c. na Ilha de Lesbos, esta poeta conseguiu ultrapassar as fronteiras da rotina doméstica destinada às mulheres gregas, abriu uma escola voltada exclusivamente para a educação feminina, escreveu poesias e alcançou a notoriedade de contemporâneos como Platão, que afirmava reconhecer em Safo a décima musa protetora e inspiradora das Artes. De Safo também veio a inspiração para o nome da personagem que dá título ao segundo romance de Délia, *Lésbia*. A obra é encarada por muitos como uma antecipação de *Um Teto Todo Seu*, da inglesa Virginia Woolf, já que narra a história de uma mulher que depois de ganhar na loteria decide morar sozinha em um palacete e dedicar-se exclusivamente à literatura.

Durante a sua participação no jornal de Josephina Álvares de Azevedo, encontramos contos breves e o que mais se destaca entre eles é *A Espera*, por reverter a importância que esta atitude tinha na vida das mulheres. Existe uma genealogia dentro da literatura ocidental criada ao redor da palavra espera vinculada ao sujeito feminino, como podemos ver no seguinte trecho de *Fragmentos de um discurso amoroso*

Historicamente, el discurso de la ausencia lo pronuncia la mujer: la mujer es sedentaria, el hombre es cazador, viajero; la Mujer es fiel (espera), el Hombre es rondador (navega, rúa). Es la mujer quien da forma a la ausencia, quien elabora su ficción, puesto que tiene el tiempo para ello; teje y canta; la Hilanderas, los Cantos de tejedora dicen a la vez la inmovilidad (por el ronroneo del Torno de hilar) y la ausencia (a lo lejos, ritmos de viaje, marejadas, cabalgatas). Se sigue de ello que en todo hombre que dice la ausencia del otro, lo femenino se declara: este hombre que espera y que sufre, está milagrosamente feminizado. Un hombre no está feminizado porque sea invertido, sino por estar enamorado. (HUGO: 1993, 34)

Penélope esperou pacientemente por Ulisses voltar da Guerra de Tróia, o eu-lírico feminino das cantigas de amigo esperava o amado, as mulheres do século XIX escreviam versos onde contavam a espera do homem trazendo notícias da rua. Durante grande parte da literatura esta espera era tida como algo positivo, um reflexo da moralidade feminina fiel ao amado que estava em terras distantes, levando uma vida de aventuras bélicas e amorosas. A atmosfera do conto *A Espera* não é construída com tonalidades de uma doce melancolia, muito menos de uma saudade benéfica.

A personagem Celina espera o seu noivo durante toda a vida num misto de resignação, pesar e amargura. O noivo, assim como Ulisses, atravessou o mar para lutar na guerra. À exemplo de Penélope, Celina passa quinze anos bordando e esperando notícias ou o regresso do amado. Celina ao acordar, olha para o mar na esperança de ver seu noivo trazido de volta aos seus braços. Os anos passam, as correspondências cessam, o frescor de seu corpo se dissipa, a sua avó morre e Celina ainda espera desesperadamente. Uma passagem interessante do conto se dá quando a protagonista encontra um jovem casal na praia trocando carícias. Sobressaltada com a descoberta, lembra-se que a atitude mais calorosa que teve com o noivo fora um aperto de mão. Até aquele momento, ela desconhecia a existência dos beijos e abraços. Celina, cujo nome significa filha do céu, passou uma noite atormentada com a descoberta:

A vista daqueles afagos, trocados francamente ao ar livre, causava-lhe um atordoamento, semelhante ao começo da embriaguez, e a ingênua donzela teve a intuição do seu vago ansiar. Suspirou convulsamente e tapou o rosto abrasado com as mãozinhas trêmulas, úmidas e frias. Nessa noite mais um fantasma adejou à cabeceira do seu leito! Era a filha de amante que gemia em brando queixume? (Délia, in *A Família*: 01/02/1889)

A ausência dos desejos carnis do sujeito feminino que espera é mostrada aqui como reflexo de um desconhecimento e não como algo que naturalmente não era próprio das mulheres. Celina é construída no conto através de adjetivos que trazem a imagem de uma personalidade austera e pura. Ela é pálida, triste, dedicada a sua avó e vestia-se como uma madona.

Celina era como uma daquelas vestais que estoicamente mantinham acesso o fogo sagrado do lar, que representava a moralidade e respeito à memória, no caso do noivo ausente. Se ela esperava castamente e só conhecia a esperança atormentada do retorno era porque fora criada em um mundo no qual seus olhos foram educados apenas para olhar apreensivamente para o mar e não para voar como *as aves que podiam ir longe, muito além* (p.6). Seu universo fora construído em torno do ideal de uma vida a dois, o ser amado resumia o seu destino. E como este não voltou, seu destino acabou sendo a espera, a solidão e uma vida feita apenas de lembranças.

Os contos de Júlia Lopes e Délia que aqui escolhemos acabam, cada um a seu modo, por alterar a estrutura dos folhetins lidos por mulheres durante o século XIX. As histórias folhetinescas melodramáticas criavam um ambiente propício para que as leitoras esquecessem seus problemas do dia-a-dia. Filhos, casamento frustrado, afazeres domésticos cedem lugar a um cotidiano regido pelo amor e pelos desejos que este sentimento acarreta. Beatriz Sarlo (2000) afirma que estes textos são textos de felicidade e que proporcionam felicidade aos seus leitores:

Su modelo de felicidad es moderado y se apoya sobre dos convicciones. Que existe, en primer lugar, una felicidad al alcance de la mano, anclada en el desenlace del matrimonio y la familia; que, en segundo lugar, el mundo no necesariamente debe ser cambiado para que los hombres y las mujeres sean felices. (SARLO, 2000: 22)

Pode-se dizer então, que a felicidade proporcionada por estes textos encontra-se vigiada pela moral e regras sociais. Alicia Salomone (2006), citando Peter Brooks, nos lembra que este gênero surgiu no Antigo Regime como forma de instituir novas formas morais e sociais. Sua estrutura é sempre concentrada em dois pólos, um positivo (bem, inocência) e um negativo (mal, perversão) que se apresentam na tentativa de revelar que a felicidade é uma justiça alcançada quando se segue à boa moral. Um exemplo deste fator é sentido tanto na maneira como a mulher é desenhada quanto na maneira como o erotismo é representado. Os folhetins apresentam uma estrutura que tem no

casamento a principal fonte de segurança para mulher, sendo este o principal desejo feminino. Para alcançar esta felicidade suprema dever-se-ia seguir os mesmos passos das heroínas que se resignavam diante da sociedade e não tentavam mudar a ordem já estabelecida no mundo.

As personagens femininas encontram-se encurraladas numa situação entre ceder e resistir aos seus desejos. Desejos encenados de maneira um tanto inocente nas histórias. O roçar de pernas e a trocar de olhar que preparam o ambiente para um futuro romance, atendem a exaltação das leitoras sobre o mundo íntimo de um homem e uma mulher. As heroínas folhetinescas não podem avançar nos seus desejos. Mulheres insatisfeitas com suas vidas, com ânsias iguais às de Madame Bovary, mulheres que não resistem e que se entregam aos deleites só permitidos no casamento, são arrastadas para um final de infortúnios. Para que tal idéia ficasse bem amarrada na mente das leitoras, as heroínas criadas eram solteiras que ocupavam o tempo olhando a rua pela janela, passeando em companhia da mãe e das irmãs e sonhando com o futuro casamento. Através de um processo de identificação ficava arraigado na mente destas leitoras, o ideal de mulher cristã, inocente, pura, dificultando a aceitação das mudanças que se operavam no universo feminino.

Os contos de Júlia Lopes e Délia nos apresentam outra roupagem para o destino da mulher. Ela não precisa viver trancada em casa, sonhando com um casamento ou esperando eternamente na janela de casa. A mulher pode e deve se educar para conseguir sua emancipação feminina, ganhar o espaço público e sair da passividade da espera para tornar-se também o ser que vai embora (este aspecto fica mais evidente em Délia). Ceder aos desejos, permitir-se viver plenamente começa a não ser mais sinônimo de falta de moralidade. Os destinos trágicos das personagens dos contos e romances começam a pertencer as mulheres convencionais, que reprimem seus desejos, que não se permitem ser o centro de suas próprias vidas.

JOSEPHINA ÁLVARES DE AZEVEDO: ESCRITORA?

Josephina Álvares de Azevedo apresentava-se sempre no seu jornal como professora, mas ela também possuía outras ocupações, tais como a de jornalista, como visto anteriormente e de escritora. Assim, utilizou as páginas do seu jornal para publicar versos e contos de sua autoria, além de divulgar sua peça teatral, *O voto feminino*. A peça foi encenada pela primeira vez mês no Recreio Dramático, em maio de 1890 e se tornaria uma obra de suma importância dentro do movimento pela conquista dos direitos feminino. A peça de Josephina foi bem aceita pelo público local, arrancou elogios dos jornais, mas não conseguiu ser encenada novamente. Depois de sua estréia naquele mês de maio, a peça ganhou o esquecimento até ser resgatada por Valéria de Andrade Souto-Maior, em um estudo intitulado *O Florete e a máscara*, publicado em 2001 pela Editora Mulheres.

De acordo com Valéria Souto-Maior, a peça de Josephina Álvares de Azevedo era uma mescla da escola realista francesa, muito utilizada na época, com o teatro musicado, gênero marginalizado pelos intelectuais, mas apreciado pela grande massa:

Escreveu então uma espécie de comédia “ligeira”, na qual intercalou três pequenos números de canto – dois duetos e um *ensemble* final. Preferindo, entretanto, o rótulo mais abrangente de comédia para definir o gênero do seu texto teatral, Josefina de Azevedo, na verdade, escolheu como base do mesmo uma forma teatral que, além de ser mais adequada ao seu estilo agressivo de atuação, era uma das que mais se destacava na preferência do público amante do referido gênero, também conhecido como *ligeiro* ou *alegre*. (SOUTO-MAIOR: 2001, 91)

Este gênero era também menos caricatural que a farsa e aos olhos da escritora seria a melhor forma de atrair para si o maior número possível de espectadores. Josephina conseguiu lotar a platéia do Recreio Dramático. Com

as cortinas levantadas, o público teve a oportunidade de assistir a um debate acerca dos direitos políticos feminino, retratando de maneira muito perspicaz a sociedade da época através da linguagem, do figurino e da divisão de opiniões. Valéria Souto-Maior aponta os artifícios da linguagem como uma das ferramentas mais poderosas da peça:

No que diz respeito a outro poderoso recurso de caracterização de personagens dramáticos, a linguagem, a autora também conseguiu bons resultados, tanto com relação ao tom coloquial corretamente adequado à realidade cotidiana e prosaica de pessoas comuns retratadas em situações de ridícula confrontação, vividas em seu ambiente familiar, quanto em relação às variantes dos diferentes tipos humanos aí presentes. Pode-se dizer que Josefina de Azevedo explorou com habilidade as possibilidades de utilização da linguagem como elemento de identificação dos diferentes níveis sociais e intelectuais dos personagens de *O voto feminino*, daí extraindo também a maior parte da comicidade de sua peça. (SOUTO-MAIOR: 2001, 112)

Josephina conseguiu através da linguagem adentrar no universo cotidiano das várias camadas sociais, aproximando suas personagens do público, fazendo com que ocorresse uma identificação com os dois blocos nos quais as personagens foram divididas. De um lado estavam as personagens que representavam o pensamento patriarcal escandalizado com os ideais feministas, e o pensamento emancipacionista feminino. Dentro do texto teatral, o debate se alastra por todas as camadas da sociedade, estando presente tanto entre a família de um ministro quanto dos empregados da casa. Desta forma, nota-se que ninguém estava imune as alterações sociais que começavam a acontecer. O feminismo havia causado um impacto dentro da sociedade brasileira e está já não mais podia ignorá-la. Mesmo tendo como ponto de partida a questão do sufrágio feminino, a peça de Josephina Álvares de Azevedo abarca outros temas referentes a emancipação, chegando, inclusive, a apresentar algumas passagens com um teor mais erótico, partindo tanto da fala de personagens femininas quanto masculinas. Na conclusão de *O Florete e A Máscara*, Valéria Souto-Maior admite que a peça de Josephina apresenta um fôlego curto, apesar de ser feliz em vários aspectos. No entanto, este fôlego consegue ser mais forte do que o de muitos escritores e teatrólogos

da época, amplamente estudados pela Academia. Mesmo faltando-lhe um pouco mais de experiência, ou até mesmo de conhecimento erudito, Josephina Álvares de Azevedo conseguiu, no teatro, construir uma obra tida hoje como de grande importância para a causa feminista.

Como foi dito na abertura deste capítulo, a realizadora do jornal *Família* não restringiu suas aptidões literárias apenas ao teatro e aproveitou as páginas do seu periódico para escrever poesia e contos. A produção literária de Josephina não é vasta, como havíamos imaginado no momento inicial da pesquisa. Na verdade encontramos apenas poucos poemas, uma espécie de poema em prosa e várias traduções de autores franceses e ingleses. Estes pouquíssimos textos literários foram assinados ora com o nome da escritora ora como Zefa. Destes poemas que encontramos no jornal, dois tratam sobre o feminismo e os outros sobre fé e religião. Iniciaremos a apresentação dos poemas encontrados com *Primavera*, que foi publicado no primeiro número do jornal. Vejamos o poema:

Oh! Na primavera as flores,
São outras, tem mais frescura;
Tem mais vida, mais odores,
Tem uma seiva mais pura.

O campo é mais verdejante,
As fontes mais cristalinas,
A brisa mais sussurrante,
As rosas mais purpurinas.

Cardumes de borboletas
Doidejam pelos valados,
Pousando alegres, inquietas,
Nos castos lírios nevados.

As gotas d'água, trementes,
São perlas amarantinas
Que brilham, belas, algentes,
Pelas relvosas campinas.

Oh! Na primavera as flores
Tem outra seiva no seio...
Assim também os amores
Tem outro encanto, outro enleio.

Primavera é escrito de maneira simples e não apresenta um valor estético que o faça se sobressair entre os demais poemas que se encontram

no jornal. As figuras de linguagem dizem claramente do que se trata o texto, do amor. Poderíamos ir mais além e dizermos que este amor está atrelado à experiência feminina, pois narra a vivência deste sentimento da maneira como tantas estudiosas feministas, entre elas Simone de Beauvoir, chegaram a descrever décadas depois. Em *Primavera*, Josephina Álvares de Azevedo utiliza-se de todos os tons e sensações da estação das flores para descortinar o período da juventude feminina. A primavera se liga a juventude por ser um momento de desabrochar, de suavidade e leveza. Durante a primavera feminina volta-se a educação doméstica para os preparativos de um futuro feliz que se concretizará com o amor, o casamento. À mulher, por ser vista como um ser frágil e intelectualmente inferior aos homens, cabia-lhe as obrigações domésticas e desde pequena era treinada para o seu destino natural: ser uma dona-de-casa exemplar, mãe dedicada e esposa perfeita. Os aspectos ideológicos que envolviam a sociedade determinavam que era próprio do feminino sonhar com o príncipe encantado, aquele ser idealizado que trazia consigo todas as realizações da mulher. Assim, desde cedo as meninas dormiam embaladas por histórias de príncipes que resgatam princesas, arrancando-as de uma existência cruel e conduzindo-as ao “felizes para sempre”. Atingindo a mocidade passavam a suspirar ansiosamente pela chegada do amor. Assim, depositavam todos os seus sonhos e anseios na figura masculina que iria realizar todas as aventuras que escutaram ao longo da vida. Casa-se, tem filhos e sente o tempo se esvaír. Durante o casamento, é percebido que o cotidiano mata todos os sonhos da primavera da vida. Em *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir relata detalhadamente a morte destes sonhos de primavera, ao falar da mulher madura. Para a autora, a maturidade feminina a transforma em uma pessoa inativa, que perdeu sua função dentro da sociedade. Os filhos já foram gerados e criados, o lar está vazio, seu corpo delata todos os anos vividos e isto é interpretado como uma perda da feminilidade:

(...) a sociedade patriarcal deu a todas as funções femininas a figura de uma servidão; a mulher só escapa da escravidão no momento em que perde toda eficiência. Por volta dos cinquenta anos, está em plena posse de suas forças, sente-se rica de experiências; é mais ou menos nessa idade que o homem ascende às mais altas posições, aos cargos mais

importantes; quanto a ela, ei-la aposentada. Só lhe ensinaram a dedicar-se e ninguém reclama mais sua dedicação. Inútil, injustificada, contempla os longos anos sem promessa que lhe restam por viver e murmurar: “Ninguém precisa de mim!” (BEAUVOIR, 1967: 351)

Assim, a mulher assiste a primavera se esvaír, e tristemente recorda que na juventude tudo *tem outro encanto, outro enleio*. O trecho acima transcrito descreve bem este processo de perda dos encantos da juventude. Sem o frescor da juventude, os sonhos de amor desaparecem porque a mulher não mais iria atrair ao seu marido, os desejos também sofrem uma queda e a realidade mostra que o que se imagina na juventude era apenas um sonho. A vida passa a ter outro sentido, outro sabor, bem diferente de outrora.

Outro poema encontrado nos jornais se intitula *A Tribuna Liberal* e foi publicado na edição do dia 14/12/1889. Mais uma vez podemos afirmar que o poema é fraco, ingênuo, composto por metáforas gastas e óbvias. A intenção é apenas prestar homenagem ao referido jornal por seu aniversário de um ano de circulação.

Fez anos D. Tribuna
Moça garrida e vermelha.
Moça!...por sua fortuna,
Há de chegar a ser velha.

Sobre a criança mil flores, milhões de vivas – olé!
Bilhões, trilhões de leitores
E mais este – *a la santé*

Viva, pois, a rapariga
Que tão bela quadra conta
E faz jus a que se diga:
- *A Tribuna* está na ponta!

De acordo com pesquisas, descobrimos que *A Tribuna Liberal* não se tratava de mais um jornal dirigido por mulheres, mas sim por monarquistas. *A Tribuna Liberal* era de propriedade do Visconde de Ouro Preto e dirigida por Carlos Laet. Por conta de seu forte discurso contra o regime republicano, o jornal sofreu grandes repressões e teve sua redação fechada em 25 de dezembro de 1889, poucos dias depois da publicação do poema de Josephina Álvares de Azevedo. Embora o jornal tenha compartilhado dos mesmos ideais

republicanos de Josephina de Azevedo, mereceu a homenagem da professora – jornalista por abrir suas portas para publicações de autoria feminina. Uma das colaboradoras mais freqüente de *A Tribuna Liberal* foi Júlia Lopes de Almeida, que dividiu espaço no jornal com vários intelectuais da época. Nossas considerações acerca dos versos param aqui devido a sua precariedade. Um poema com qualidade melhor é encontrado na edição do dia 23/05/1889, intitulado *Fé*:

Ao rugido medonho da tormenta
Que a alma nos esmaga, nos trucidada,
Nãoensem que maldigo a triste vida
Nem o sopro de Deus que ora me alenta

Nem um momento só sou esquecida
De quem criou o mundo e aviventa
A flor do prado, a fera mais cruenta,
A tudo, enfim, que tem ou não tem vida

É doce nas agruras da existência
Lembrarmos a divina onipotência,
Erguermos para o céu o coração!

Naquele terno enlevo de fé pura
É sempre mui feliz a criatura
Que forças vai buscar no coração.

Novamente não achamos nenhum verso que salte aos olhos do leitor por sua qualidade estética, mas o caráter temático da obra é interessante dentro do contexto do jornal. O poema de Josephina Álvares de Azevedo deixa claro que fé independe de religião e é um sentimento encontrado dentro do ser humano. Assim, ela afirma que em momento algum chegou a mal-dizer Deus, nem duvidou de sua existência. Este tema é interessante porque ao longo de todo o jornal encontramos críticas à Igreja Católica feita por Josephina Álvares de Azevedo e algumas de suas colaboradoras, o que, muito provavelmente, deve ter gerado algumas interpretações distorcidas acerca de sua pessoa.

Na edição que saiu no dia 02/02/1889, *A Família* publica trecho da conferência *A Mulher Forte* no qual interpretação da Igreja Católica sobre determinados trechos da bíblia contribuiu para criar a imagem da mulher como demoníaca. O trecho bíblico escolhido faz parte do Livro de Provérbios: *Mulierem fortem quis inveniet? Induere in omnia opera Altissimi: duo et duo et*

unam contra unum. A autora afirma que tal passagem expõe a diferença na criação do homem e da mulher, dando ao primeiro, características tais como força e inteligência e, a segunda sensibilidade e flexibilidade. Daí nomes importantes da Igreja Católica como São Tomaz de Aquino utilizaram esta passagem do Livro de Provérbios para afirmar que a flexibilidade revela na mulher um caráter volúvel e inconstante, contribuindo assim, para fortalecer a imagem demoníaca da mulher. Para a autora, este trecho da bíblia apenas afirma que homens e mulheres são diferentes e que esta diferença não torna nenhum melhor ou pior que o outro. Em edição de maio de 1890, Josephina escreve abertamente contra o catolicismo, este texto é o mais direto e feroz que encontramos no jornal.

A Família e o Catolicismo retrata os motivos pelo qual a jornalista afirma-se contra a Igreja e seus dogmas religiosos. De acordo com Josephina Álvares de Azevedo, padres e beatas acusam o seu jornal de ser um veículo perigoso para a moral das famílias brasileiras por defenderem a modernização da mulher e reserva nenhum espaço para as Sagradas Escrituras. Josephina afirma ser inútil falar sobre os dogmas da Igreja Católica, pois isto seria um desserviço para a sociedade. De acordo com ela, a moral católica havia assassinado pessoas durante a Idade Média, fanatizado às mulheres e alterado os significados do que fora ensinado por Jesus Cristo. A Igreja, afirma Josephina, vai de encontro às leis da natureza. Para ela a fé e a moral não encontram-se nos rituais, confissões e dogmas, mas nas ações do ser humano. Encerra o artigo da seguinte forma:

A moral de Cristo é a minha religião, essa é a que defendo e procuro inculcar no espírito dos meus filhos. A religião dos padres, não; não a quero, nem a aconselho a quem quer que seja. (*A Família*, 10/05/1890)

O poema *Fé* acaba por reforçar as convicções do jornal e conseqüentemente, de Josephina Álvares de Azevedo, acerca da Igreja Católica, instituição que sempre bateu de frente com a causa feminista

Por fim, temos o poema em prosa publicado no dia 30/01/1889, *No fim da Viagem*¹³. Surgido no século XVIII, o poema em prosa apresentou-se como uma impossibilidade diante da rigidez dos artistas e intelectuais clássicos, mas ganhou a simpatia do Romantismo, no século seguinte. Com este novo gênero, somos obrigados a procurar a poeticidade de um texto não na sua musicalidade e rima, mas no teor de suas palavras, no que expressa tal escrito. Os contemporâneos de Josephina Álvares de Azevedo adotaram e aprimoraram o estilo da prosa poética graças a este caráter de diluir regras fixas. *No fim da viagem* encontramos uma reflexão sobre a vida, sua passagem e o seu significado. O tom é negativo e construído através de uma seleção vocabular que sempre remete a elementos como a noite, o sonho, a ilusão, o cansaço. De acordo com a autora todas as nossas crenças e convicções não passam de ilusões que o tempo cuida de desfazer, trazendo consigo a morte. Diante da inevitabilidade do fim de nossas existências, a única coisa que nos resta é amarmos uns aos outros. Os nossos ideais passaram, as nossas vidas se extinguiram, mas ficará a natureza, criada por Deus, que recebera outros seres destinados ao mesmo fim que o nosso.

A obra literária produzida por Josephina Álvares de Azevedo, como podemos notar, além de sua escassez, não apresenta valor estético suficiente que a induza a um resgate.

13

Encontra-se em anexo.

CONCLUSÃO

O jornal *A Família*, criado por Josephina Álvares de Azevedo é dotado de um valor histórico importantíssimo, devido a suas convicções e o tempo de circulação. Ao longo da pesquisa notamos que os estudos realizados acerca da produção jornalística feminina do século XIX relegaram *A Família* ao segundo plano, apesar de ressaltarem a figura de sua diretora. Estudos importantes como os de June Hahner e Dulcília Buitoni não cederam o devido espaço merecido ao jornal *A Família*, fazendo citações rápidas e debruçando-se com mais afinco nas produções de *O Quinze de Novembro* e outros jornais femininos da época. Não queremos afirmar que estes jornais não foram importantes, mas apontar a negligência dos estudiosos diante do único jornal feminino que permaneceu fiel as propostas do nascente movimento feminista no Brasil.

A Família deixou para as gerações vindouras um rico panorama da situação social e cultural das brasileiras das décadas finais do século XIX. Deixou gravado as lutas das primeiras feministas, suas conquistas, seus obstáculos, muitas vezes impostos pelas próprias mulheres acomodadas com sua posição social secular. Através das páginas do jornal fundado por Josephina Álvares de Azevedo podemos assistir à participação feminina durante a queda do regime monárquico, acreditando com isto, alcançar a igualdade social tão desejada.

A Família também foi um veículo importante para mulheres que se aventuravam no mundo da literatura. Pudemos concluir que grande maioria dos escritos, incluindo os de Josephina Álvares de Azevedo, era de baixa qualidade. No entanto, a parte literária do jornal mereceu um capítulo graças a atitude ousada destas mulheres que assumiram seus escritos e abriram espaço para que as gerações de escritoras seguintes tivessem maior liberdade de

expressão e mais acesso a cultura, gerando uma produção artística de melhor qualidade. A rede de contatos do jornal *A Família* era algo inusitado para a época. Josephina conseguiu, mesmo diante de toda a precariedade dos meios de comunicação da época, montar uma rede de colaboradoras vinda de várias partes do país. Assim, podemos checar a produção literária de mulheres do Rio Grande Sul a Pernambuco, por exemplo, concluindo que os lentos avanços feministas não atingiam apenas a cidade do Rio de Janeiro.

Perguntas acerca da vida de Josephina Álvares de Azevedo e de como se tornou uma intelectual não foram respondidas. Percorremos os Arquivos Públicos de Pernambuco e outros órgãos em vão. Josephina Álvares de Azevedo parece ter passado pela vida sem deixar rastros de sua intimidade. Não conseguimos encontrar sua certidão de nascimento, de casamento e nem saber quantos filhos teve. A única coisa que a feminista parece ter deixado para nós foi o seu pensamento, a sua luta e suas crenças. No final das contas, é apenas isto que para nós importa.

ANEXOS

Anexo I

No fim da viagem

Josephina Álvares de Azevedo

Astros e luz, crenças e ilusões esbatidas no azul do pensamento, que sois vós? Sonhos, tudo sonhos! Borboleta ideal voejando no éter do pensamento, bolha iriada, em cujo bojo o nada voa librado no ar, como a pluma que o vento impele.

Oh! Paremos aqui! A morte vem após, trega, implacável. Em torno de nós, na natureza, em tudo que existe, em tudo que nos cerca.

Cantam os passarinhos a eterna harmonia da criação. Acendem as estrelas da noite a chama que brilha na água, como a luz dos pirilampos na escuridão noturna da campina. O prodígio da criação adormece no seio da natureza, como o fiel e amoroso amante no colo idolatrado da mulher.

Eis ao fim da jornada.

Em torno de nós, as ilusões desfeitas, como destroços da galera de ouro dos sonhos juvenis, das irradiações do pensamento, semelham o frágil lenho que à praia trouxe a onda da imaginação, encapelada pelas tempestades da existência; porque a vida é sempre uma tempestade de luz ou sombra.

Paremos aqui!

O sol declina, oh! adorado anjo. Amemos.

A noite vem após. Oh! Como é belo, quando a sombra desce, além, pela montanha, como uma rede sobre prados e cabanas, reclinar a fronte no seio da criatura amada!

Amemos, pois.

Porque soltar o pensamento errante em busca das ilusões, pérfidas noivas das nossas esperanças irrealizáveis?

Eis-nos ao fim da viagem. A noite vem após. Descansemos no regaço querido, como no seio da natureza repousa a obra de Deus.

Referências

BARTHES, Roland. Fragmentos de um discurso amoroso. Disponível em: www.scribd.com/doc/2540881/Barthes-Roland-Fragmentos-de-un-discurso-amoroso. Acesso em: 5 fev. 2010.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

_____. *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 64, p. 4-13, fev. 1988.

BUIONI, Dulcília. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática: 1986.

BUTLER, Judith. Actos performativos y constitución de género. In: *Performing feminisms: feminist critical theory and theatre*. [S.l.]: Johns Hopkins University Press, 1990.

CUNHA, Maria Teresa Santos; BASTOS Maria Helena Câmara; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (orgs). *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000.

A FAMÍLIA. Rio de Janeiro: Typ. Companhia Imprensa familiar, 1888-1894.

FELIX, Regina R. *Sedução e heroísmo: imaginação de mulher: entre a República das Letras e a belle époque (1884-1911)*. Florianópolis: Mulheres, 2007.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves et al. *Um discurso feminino possível: pioneiras da imprensa em Pernambuco (1830- 1910)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2005.

FRANCO, Lincoln. *A censura na propaganda ideológica nos impressos no início da República*. Disponível em: www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd4/ppropaganda/bvguimaraes_lfranco.doc. Acesso em: 15 fev. 2010.

GILBERT, Sandra; GUBAR, Susan. *The madwomen in the attic*. New Haven: Yale University, 1979.

HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850 – 1937)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEMAIRE, Ria. Repensando a história literária. In: *Tendências e impasses*. Rocco: Rio de Janeiro, 1994.

LOPES, Silvana Fernandes. *A formação feminina na sociedade brasileira do século XIX*. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

MOI, Toril. *Feminist literary theory*. London: Routledge, Taylor and Francis Group, 2002.

MUSCHIETTI, Delfina. Mujeres: feminismo y literatura. In: *Historia Social de La literatura argentina: Yrigoyen entre Borges y Artl*. Buenos Aires: Editorial Contrapunto, 1989.

MUZART, Zahidé. *Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX*. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/9494/8720>. Acesso em: 07 nov. 2009

NELSON, Carolyn. *A new woman reader: fiction, articles and drama from 1890's*. [S.l.]: C. C. Nelson, [20--?].

PINTO, Celi Regina. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PLEITZ, Tânia. *Alfonsina Storni: mi casa es el mar*. Madrid: Espasa, 2003.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres e educação no Brasil-Colônia: histórias entrecruzadas. In: *Navegando na história da educação brasileira*. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_021.html. Campinas: Unicamp; HISTEDBR, 2006.

SARLO, Beatriz. *El imperio de los sentimientos*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2000.

SCHREINER, Olive. *Women and labour*. South Africa: [s.n.], 1911.

SHOWALTER, Elaine. *New feminist criticism*. Pantheon: New York, 1985.

SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999.

SOUTO MAIOR, Valéria Andrade. *O florete e a máscara: Josefina Álvares de Azevedo, dramaturga do século XIX*. Florianópolis: Mulheres, 2001.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas e escrituras. In: *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Introdução. In: BORMANN, Maria Benedita Câmara de. *Lésbia*. Florianópolis: Mulheres, 1998.

TOBIAS, José Antonio. *História da educação brasileira*. São Paulo: Ibrasa: 2006.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *A vindication of the rights of woman*. London: Penguin Books, 2004.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.